Março/Abril 1981

Editado pela Fundação Nacional Pró-Memória
Sub-Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Secretaria da Cultura
Ministério da Educação e Cultura
Brasília - Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K. CxP. 04-0150

SPHAN 11
*pró*Memória

SECRETARIA DA CULTURA

Em editorial do nosso número 6 registrávamos a mudança do nome deste boletim, o que refletia, na verdade, mais um importante passo na vida da instituição que, oficialmente, cuida da preservação do patrimônio cultural brasileiro. Deixávamos de nos chamar IPHAN e passávamos a ser SPHAN/ PRÓ-MEMÓRIA, devido à criação, em dezembro de 79, da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Fundação Nacional Pró-Memória. Se, por um lado, a mudança significava uma renovação profunda, por outro não deixava de manter, deliberadamente, a continuidade do trabalho que tem sua marca de origem em nomes como os de Mário de Andrade, Gustavo Capanema, Rodrigo Mello Franco de Andrade e tantos outros.
Hoje, menos de um ano depois, voltamos a registrar profundas alterações no sistema de proteção e revitalização do bem cultural, o que demonstra que aquelas mudanças, embora importantes, eram apenas um passo a mais no processo que está se fazendo. Naquele momento a Secretaria e a Fundação surgiam da fusão do antigo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com o PCH - Programa de Cidades Históricas e com o CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural, o que representava a conjunção de trajetórias e competências diferenciadas num mesmo esforço que teve como idéia norteadora o "conceito amplo de bem cultural".
Agora, ao assinar a Portaria n.º 274, de 10 de abril de 1981, criando a Secretaria de Cultura (SEC), "por transformação das Secretarias do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN e de Assuntos Culturais - SEAC, por este ato extintas", o Ministro Rubem Ludwig, da Educação e Cultura, fornece o necessário respaldo institucional para que se tenha, no MEC, um único órgão central, de direção superior, na área da cultura.
A importância e o alcance de tal medida podem ser facilmente dimensionados se pensarmos nas vantagens que poderão advir de uma maior e melhor racionalização e sistematização de tudo o que diz respeito à área cultural no âmbito da administração federal.
Conceitualmente, a fusão SPHAN - SEAC pode ser compreendida pela necessidade de articular melhor as duas vertentes segundo as quais se pode pensar os bens culturais. De um lado, a vertente do bem patrimonial, preocupada em saber guardar o já cristalizado em nossa cultura, identificá-lo, recuperar as informações deste acervo e saber devolvê-lo à comunidade. Do outro lado, a vertente da produção, distribuição e consumo de cultura, onde se está atento para captar o que ocorre na realidade brasileira e estimular onde se faça necessário, para, mais tarde, eventualmente, verificar o que, do material obtido, cristalizou-se e incorporou-se à dimensão patrimonial.
Operacionalmente esta idéia corporifica-se na criação das duas subsecretarias da SEC — a do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a de Assuntos Culturais — sob as quais despontam, como

órgãos centrais de coordenação, as Fundações Nacional Pró-Memória e Nacional de Arte, respectivamente.
A essas Fundações fica reservado o papel de agilizar seus respectivos sistemas. Do lado da Pró-Memória, os Museus da Inconfidência, do Ouro, de São João del Rei, do Diamante, de Caeté, das Bandeiras, das Missões, da Imigração, de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, de Arte Sacra de Santa Rita e quatorze casas históricas em diversos Estados. Do lado da Funarte, os Institutos Nacionais de Artes Plásticas, de Música e de Folclore. Além disto, há os órgãos que outra portaria assinada pelo Ministro da Educação e Cultura determina sejam incorporados a uma das duas Fundações e que são: o Serviço Nacional do Teatro, o Instituto Nacional do Livro, os Museus Imperial, Nacional de Belas Artes, Histórico Nacional, da República e Villa-Lobos, além da Biblioteca Nacional. No fundo, a idéia básica é a da descentralização, obrigatória diante da complexidade brasileira. Entende-se que reservando às duas Fundações o papel de agilizadores, está se reforçando as competências específicas de cada órgão subordinado.
Não se trata, como já foi dito por diversas vezes, de criar um Ministério da Cultura. Não que esta idéia esteja descartada, pois o avanço do processo brasileiro pode vir a exigí-lo um dia. Mas, no momento, seria prematuro e indevido criar este ministério, que fatalmente seria um órgão fraco, financeira e conceitualmente. Mesmo porque, por enquanto, não podemos divorciar cultura e educação, conscientes que estamos do papel que o processo cultural desempenha no educacional, na medida em que uma educação, desprovida de seu contexto sócio-cultural não passaria de uma técnica sem grande utilidade ou a serviço da progressiva perda da identidade nacional. Defendemos, ao contrário, o incentivo ao estreitamento das relações entre cultura e educação, certos de que não há desenvolvimento harmonioso se, na elaboração das políticas econômicas, não são levadas em consideração as peculiaridades culturais e de que, neste quadro, o sistema educacional desempenha papel primordial.
Mais uma vez voltamos a Mário de Andrade, quando dizia que o ensino primário "é imprescindível, mas são imprescindíveis também os institutos culturais em que a pesquisa vá de mãos dadas com a vulgarização, com a popularização da inteligência" e acrescentava: "defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização".
O espírito que informa hoje a Secretaria da Cultura é, de certa forma, o mesmo daquela época em que Mário de Andrade traçava para o Ministro Capanema as linhas básicas de um Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. Vale registrar que foi também naquela época que se criaram o Serviço Nacional de Teatro, o Instituto Nacional do Livro, e diversos outros organismos culturais e também educacionais que, até hoje, permanecem atuantes.
Pelas razões que acabamos de expor, acreditamos poder dizer que o momento atual — desde a criação da SPHAN/Pró-Memória até à da Secretaria da Cultura — configura um marco na trajetória da política cultural brasileira comparável àquele da década de 30.
Para que isto se efetive, evidentemente, não basta mudar os nomes das instituições e seus organogramas. Muitas outras coisas são necessárias e, entre elas, apontaríamos a competência de atuação, a determinação de fazer, a continuidade da ação, a interdisciplinariedade e a interinstitucionalidade no trabalho, e o estreito relacionamento com as comunidades envolvidas, além, naturalmente, dos recursos financeiros.
Se, por um lado, não trazemos mágicas fórmulas prontas que, por isso mesmo não dão certo, por outro trazemos a consciência da dimensão de nosso desafio e de nossas possibilidades de fazer da Secretaria da Cultura o instrumento de política cultural que a realidade brasileira exige.

Março/Abril 1981

SPHAN 11
*pró*Memória

A construção do novo e o problema do patrimônio

A intenção da presente matéria é a de apresentar um painel sobre a formação e a postura profissionais do arquiteto no Brasil diante da questão da preservação do patrimônio arquitetônico nacional. A idéia surgiu após visitas de alguns universitários à SPHAN, em busca de informações e orientação para seus trabalhos de final de curso: tinham elegido o tema da preservação de sítios históricos, conscientes de sua importância mas, na maioria dos casos, perdidos nos descaminhos de uma bibliografia quase inexistente, de uma — também quase inexistente — orientação acadêmica, etc.

Paralelamente, técnicos da SPHAN discutiam a necessidade de se organizar seminários, em meses de férias letivas, destinados a professores e alunos, que visassem não apenas a discussão do patrimônio arquitetônico, mas o conceito de "bem cultural" com que vem trabalhando a Fundação Nacional Pró-Memória.

Desta maneira, a idéia da matéria concretizou-se em forma de mesas redondas organizadas pela SPHAN/Pró-Memória com alunos e professores, respectivamente, e ainda em forma de questionários enviados a todas as escolas de Arquitetura e Urbanismo do país. Contatos também foram feitos com o Ministério da Educação e Cultura, através da Secretaria de Ensino Superior e com o Instituto de Arquitetos do Brasil; destes contatos surgiram debates enriquecedores para o encaminhamento e trato da presente questão que, de maneira alguma, se esgota no texto que se segue.

A questão da preservação do patrimônio arquitetônico nacional deve estar vinculada à problemática urbana, para ser entendida não como um entrave, mas como fator de desenvolvimento urbano. Em síntese, esta é a visão de alunos e professores de Arquitetura e Urbanismo presentes à mesa-redonda sobre a formação e postura profissionais do arquiteto no Brasil frente ao problema da preservação de bens culturais do país, promovida pela SPHAN - Pró-Memória, em março passado. Participaram dos debates professores e alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, da Federal da Bahia e da UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Na opinião dos alunos, em particular, o principal entrave para que esta posição seja colocada em prática está no fato de que as escolas de Arquitetura e Urbanismo do país, com raras exceções, não vêem a preservação do acervo arquitetônico e urbano como uma questão fundamental na formação profissional do arquiteto. Durante as discussões – realizadas separadamente com alunos e professores – ficou patente nos depoimentos dos estudantes que as escolas pouco oferecem em termos de informações sobre o acervo construído, seu significado e a necessidade de sua preservação. Segundo os alunos, essas informações ficam apenas em nível extremamente superficial ou isoladas em algumas poucas disciplinas, não havendo um aprofundamento da questão essencial, no seu entender, para que possam dar continuidade a um trabalho na área de preservação.

Na verdade, os depoimentos dos estudantes deram a entender que, para a maioria, o interesse pela preservação do patrimônio é anterior à entrada na faculdade. Demonstrado o interesse pelo assunto, os alunos conseguiram apoio de professores que já possuiam maiores informações sobre a questão. Daí, foi possível a eles desenvolver trabalhos no campo de preservação de bens culturais, com a preocupação de entendê-la como um fator de desenvolvimento urbano.

Vale a pena transcrever o depoimento de Gaspar Cruz Filho, um dos presentes aos debates: "Meu interesse pela preservação vem desde criança, pois sempre me vi às voltas com o poder municipal, em Patrocínio (MG). A casa onde morava era uma construção do fim do século passado, e a prefeitura não queria permitir a sua restauração, porque todos os imóveis dessa época apresentavam problema de alinhamento e atrapalhavam o plano de asfaltamento de rua feito pelo extinto SERPHAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. Sem apoio e com toda a pressão contrária, conseguimos a duras penas conservar a fachada, porém toda a parte interna, que estava em estado precário, foi reconstruída em estilo novo".

"Eu assisti – prossegue Gaspar – durante toda a minha vida em Patrocínio à deterioração das coisas da cidade e foi se gravando em mim o interesse pela preservação, fortalecido pelo fato de assistir à mesma coisa acontecendo em outros lugares..."

Mesmo achando interessante essa experiência anterior, os alunos são de opinião que as escolas devem fornecer informações mais aprofundadas sobre a questão da preservação. Os estudantes não querem continuar a depender da boa vontade e da disponibilidade de tempo de alguns professores para que possam desenvolver trabalhos na área. Faltam, no seu entender, cadeiras que tratem o tema de uma maneira sistematizada; os alunos vão mais longe, quando propõem que o problema da preservação do patrimônio seja tratado em todas as fases do curso, não se detendo a uma cadeira específica. Com essas observações, os alunos criticam a orientação que recebem nas escolas. Eles dizem que durante o curso são *levados a pensar* exclusivamente na *construção do novo*.

SUGESTÕES

Para que esta situação mude, alunos e professores são unânimes em afirmar que é essencial uma mudança na fundamentação dos cursos de Ar-

quitetura, que, de um modo geral, negam a importância do ambiente pré-existente e, conseqüentemente, toda uma cultura urbana, para impor uma criação arquitetônica individual e formalista. Segundo os estudantes, os professores têm consciência da deficiência das escolas no que se refere ao assunto preservação do patrimônio. A maioria dos alunos reconhece que o curso como um todo não consegue despertá-los para a questão, tratada, como já foi dito, de modo superficial e apenas em algumas cadeiras como Arquitetura do Brasil, Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, Linguagem Estética e História da Arte e Teoria de Edificação e Urbanismo.

Vai aqui uma ressalva feita pelos próprios alunos: embora extremamente teóricos, esses cursos oferecem chance de um trabalho prático na área de preservação, através do qual o aluno chega a propor soluções para a conservação do acervo construído e a sua adaptação ao novo ambiente a ser criado pela sua intervenção. Um exemplo desses trabalhos é o projeto desenvolvido por alunos da FAU/UnB sobre a revitalização do Bairro da Ribeira, em Natal (RN). O trabalho foi indicado para representar a Universidade na Confrontação Internacional de Projetos de Estudantes de Arquitetura do XIV Congresso da União Internacional dos Arquitetos, realizado recentemente em Varsóvia (veja box).

No entender de Maria Elaine, professora de Projetos de Edificação e Urbanismo da FAU/UnB, o ideal seria abordar o tema preservação em dois níveis: a colocação de uma preocupação generalizada e a abordagem de uma área específica, onde não teria apenas o aspecto historiográfico, mas essa própria historiografia em termos reflexivos do que seja o significado da preservação, do que vem a ser preservar. Isto conjugado a métodos e técnicas de projetos específicos. Para a professora Elaine, os dois aspectos são fundamentais, "pois seria muito perigoso não haver a preocupação com o geral, justamente a que daria a noção de globalidade e de temporalidade do objeto arquitetônico".

A proposta da professora casa-se com a sugestão dos alunos, quando apontam a falta de inserção da Arquitetura no contexto sócio-econômico do país, tanto em épocas passadas como no presente. "(...) nós aprendemos a ter elementos críticos ao extremo e quase nunca dados práticos que nos dêem condições de propor alguma coisa em termos de preservação do patrimônio. A Arquitetura (...) não existe isoladamente, é o reflexo de todo um contexto sócio-econômico e cultural (...) A Arquitetura e o Urbanismo refletem o contexto, sobretudo porque tratam da ocupação do espaço para se viver" (Cláudia Miranda, presente aos debates).

A revitalização da Ribeira

O trabalho sobre a revitalização urbana do Bairro da Ribeira, em Natal (RN), realizado por um grupo de alunos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, é um exemplo de que é possível resgatar a importância da preservação do patrimônio arquitetônico nacional para o desenvolvimento urbano de uma região, mesmo diante das limitações das escolas em termos de informações sobre o acervo construído, seu significado e a necessidade de sua preservação. O projeto foi premiado na Confrontação Internacional dos Arquitetos, realizado recentemente em Varsóvia.

Através de uma ampla pesquisa de campo, que contou com a orientação de professores, os estudantes chegaram à conclusão de que, para ser preservado, o patrimônio ambiental urbano do Bairro da Ribeira deveria ser adaptado ao processo dinâmico da cidade. Dessa forma, decidiram integrar a Ribeira ao mecanismo de funcionamento da cidade como um todo. A maioria das edificações, descaracterizadas parcialmente pelo uso inadequado, recebeu uma solução de aproveitamento dos aspectos de valor patrimonial, através de readaptação ou recuperação, de maneira que o novo e o velho pudessem conviver harmoniosamente.

Na reintegração da Ribeira ao dinamismo da cidade de Natal, o projeto tratou de consolidar as atividades peculiares do bairro, tais como as de zona portuária, comercial e de prestação de serviços, sugerindo o remanejamento para outro local de atividades consideradas prejudiciais à preservação do sítio. Um outro aspecto abordado pelo trabalho foi a situação física do bairro, desde edificações até sistema viário, áreas verdes e infra-estrutura, com propostas de drenagem urgente de águas pluviais, ampliação e preservação de áreas verdes e de lazer, redesenho do sistema viário (considerado uma das causas da depredação do patrimônio), visando o descongestionamento da área.

A RIBEIRA

Outrora principal centro urbano de Natal, o Bairro da Ribeira, embora em deterioração, é ainda marcado por uma intensa atividade portuária comercial. Lá se encontram edificações de valor patrimonial, principalmente considerando-se o seu conjunto. No decorrer da história de Natal, fundada em 1599, foi-se acumulando na Ribeira inestimável conjunto de valores sócio-econômicos da região. Ressalta-se, ainda, privilegiada localização paisagística do bairro, às margens do Rio Potengy, área de grande beleza visual.

A limitação das escolas de Arquitetura e Urbanismo do país, no entender de alunos e professores, acaba por limitar o entendimento da preservação do acervo construído como um dado importante para o desenvolvimento urbano. É necessário, portanto, encontrar formas de tratar a preservação como um recurso útil para soluções de questões urbanas. Como foi dito durante as discussões: um edifício histórico numa área antiga pode ser revitalizado e reincorporado ao contexto urbano com muito mais vantagens econômicas e valor estético do que novas construções, com a conseqüente demolição do imóvel, do ponto de vista de proteger a qualidade da vida urbana.

Pelos depoimentos dos alunos chega-se à conclusão que o seu interesse pela preservação surgiu a partir da

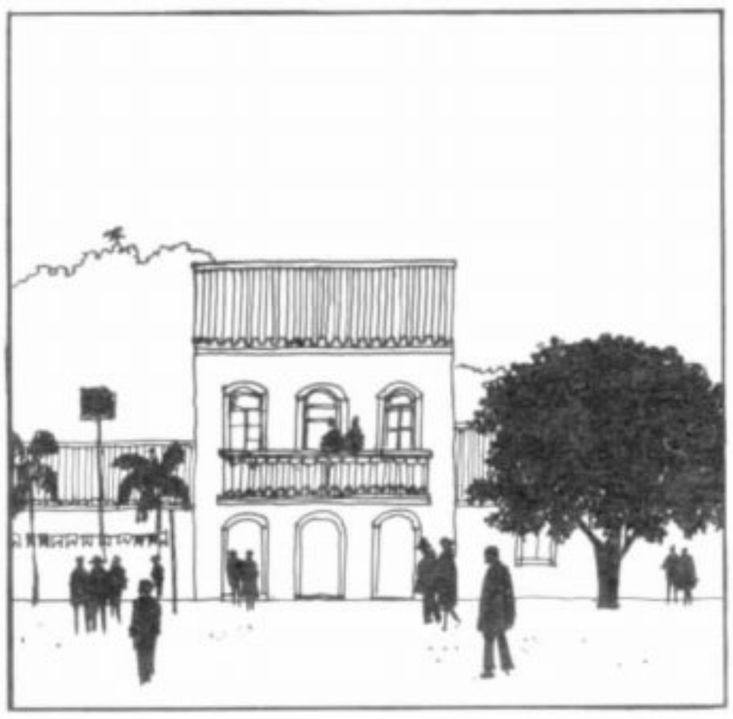
questão urbana. Nenhum deles demonstrou motivação por causa de uma cadeira isolada, "onde a preservação aparece como um valor de elite, de classe dominante, com o ranço de museologia, de coisa nostálgica e antiquada"... Esta atitude deixa claro que os estudantes não abrem mão da preocupação com a habitação, com a estrutura social refletida na ocupação do espaço habitado.

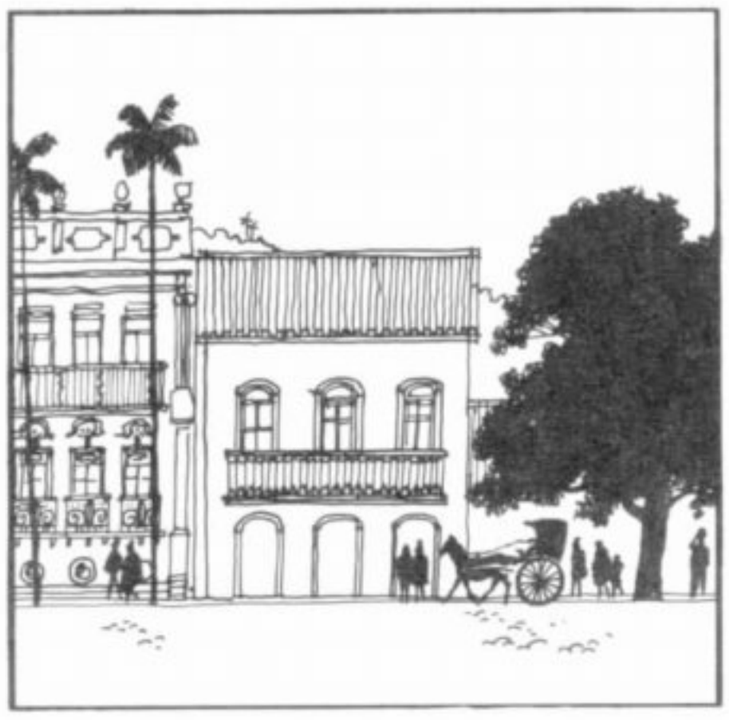
Daí eles sugerem que no final do curso sejam oferecidas perspectivas de um trabalho prático que viesse a abordar um núcleo histórico ou mesmo parte de uma cidade histórica, onde pudessem jogar com todo o conhecimento acumulado no transcorrer da graduação: qual a melhor forma de tratar aspectos como transportes, uso de prédios, taxas de ocupação, toda a legislação municipal, a questão dos esgotos, água, a infra-estrutura urbana necessária e a compatibilização com a preservação da trama urbana e do acervo edificado.

De sua parte, os professores reconhecem que na escola o tema da preservação concentra-se numa área específica de conservação e preservação história, onde se procura dar ao aluno algumas noções do objeto arquitetônico como um objeto temporal, não isolado de um contexto. *Os professores admitem que isto é muito pouco para inserir o tema preservação no universo de preocupações do futuro profissional arquiteto*.

PROPOSTAS

A preservação não deve se restringir apenas às formas tradicionais de arquitetura, já que o patrimônio não se constitui somente de edificações do século XVIII, mas também de épocas mais recentes. O curso de Arquitetura e Urbanismo no país deveria preocupar-se em estudar também as várias soluções alternativas que o povo encontra para construir suas habitações, independente de seu valor para a história oficial. Esta foi uma das propostas apresentadas tanto por alunos quanto por professores durante a mesa redonda, com a ressalva de que as cadeiras teóricas e práticas devem abordar o tema preservação, " pois o estudo da forma de ocupação de um espaço físico oferece oportunidade de se conhecer também o patrimônio cultural implícito nas edificações, a história das pessoas, suas profissões, suas características sócio-econômicas".









L.A. Vallandro Keating

Propor aos alunos mais projetos de intervenção em áreas históricas é outra sugestão, que poderia contar com o apoio de órgãos públicos de preservação, através de estágios, facilitando-lhes o acesso a locais de interesse para levantamentos. Essa intervenção teria como proposição a conciliação da preservação de um determinado conjunto urbano com soluções para transportes, alargamento de ruas, etc. As cadeiras teóricas subsidiariam com informações sobre história, evolução das técnicas de construções, o valor sócio-cultural do objeto arquitetônico no passado e suas possibilidades funcionais, hoje.

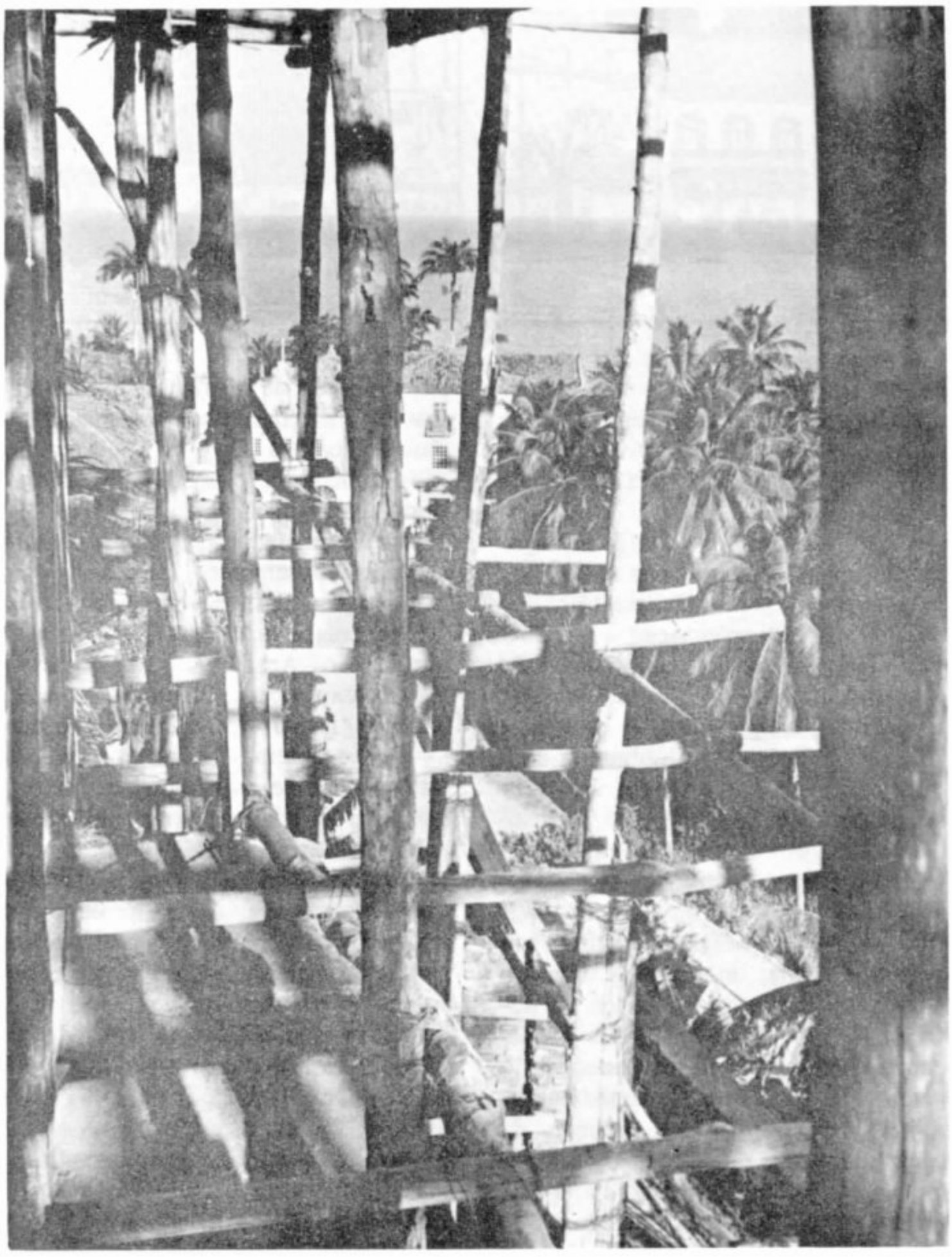
Alunos e professores acham importante, ainda, inclusão de uma disciplina optativa sobre técnica de restauração, para suprir a falta de conhecimento dos alunos interessados no assunto. É fundamental, também, que sejam intensificados os estudos de campo, recurso didático mais eficiente, no seu entender, para o estudo da preservação. "É importante que o aluno veja, toque o objeto, sinta-o em sua ambiência".

Apesar de receberem pouquíssimas informações sobre o trabalho desenvolvido pela SPHAN e outros órgãos semelhantes, os alunos reconhecem que a aproximação SPHAN – escolas é fundamental para um tratamento mais conseqüente da questão da preservação. Daí, a proposta no sentido da colaboração da SPHAN junto aos Centros Acadêmicos, na organização de exposições, no início de cada semestre letivo, dos trabalhos de alunos sobre o tema "Arquitetura e Preservação". Esse entrosamento, na opinião dos estudantes, seria importante para levantar o debate, despertar o interesse de todos pelo assunto. Os alunos vêem, ainda, nessa aproximação uma oportunidade para a SPHAN esclarecer às escolas quanto ao seu papel como órgão nacional de preservação do patrimônio cultural no país.

Em termos de propostas, o papel da SPHAN não se esgotaria nessa colaboração. Os alunos acham mesmo que o órgão deve introduzir a discussão sobre patrimônio e preservação na Universidade, não somente no curso de Arquitetura e Urbanismo, como tam-

bém em outros setores da comunidade universitária. No entender dos estudantes, isto impediria que o tema ficasse isolado de outras áreas do conhecimento. Essa intervenção da SPHAN poderia ser concretizada por meio de cursos que visariam a informação de professores, que, dessa forma, teriam condições de orientar os alunos em seus projetos ligados ao tema preservação. Isto, para os alunos, teria um efeito multiplicador e as informações não se restringiriam a uma área específica. Nesse sentido poderia se pensar em encontros anuais de professores e estudantes de Arquitetura e Urbanismo de todo o país. O próprio Centro Acadêmico poderia dar sua colaboração na organização desses encontros.

É verdade – observou-se ainda – que a formação de uma nova postura do profissional arquiteto frente à construção do novo e a preservação do já construído requer uma aproximação efetiva da Arquitetura com outras áreas do conhecimento, necessárias para explicar a condição temporal do objeto arquitetônico. No caso da UnB, essa integração com outras disciplinas é extremamente formal. Na realidade, quem acaba por fornecer todo referencial de área conexa na questão da problemática urbana acaba sendo alguém da própria Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Quando se buscam recursos em outras áreas, o que ocorre é uma transferência da metodologia de trabalho daquelas áreas para a Arquitetura, em detrimento desta. Ou seja, se o problema da Arquitetura é a definição do objeto arquitetônico, as disciplinas de áreas diversas têm condições de explicá-lo. No entanto, a preocupação da Arquitetura com a Sociologia, a Economia, a História, etc, não é recíproca, o que gera uma aproximação mais em termos de solicitação: "a gente vai à Sociologia e pede um lastro para explicar determinada coisa, mas é muito difícil encontrar pessoas que, no seu campo, estejam realmente preocupadas com a Arquitetura e o Urbanismo". (Professor José Carlos Coutinho, presente aos debates).



Mª de Lourdes Castro / FNPM

Como exemplo, Coutinho cita o caso do Departamento de Direito da UnB. "Até hoje não se conseguiu formar dentro do Direito um interesse com relação ao direito urbanístico. Toda vez que um curso de pós-graduação resolve abordar o problema da legislação urbana, somos obrigados a trazer professores visitantes, que são muito poucos".

Segundo o professor, se houvesse um encontro de interesse, seria excelente. Porém, do jeito como as coisas estão, acrescentou, "não adianta, é como mendigar um interesse que não existe".

O professor Coutinho vai mais longe e propõe à SPHAN que se lance a campo com o objetivo de sensibilizar áreas acadêmicas diferenciadas para o problema do patrimônio, "porque, uma vez plantada essa semente será possível, então, fazer certas alianças em torno de temas".

Como exemplo da possibilidade de uma ação integrada, o professor Nestor, da Unisinos, citou o trabalho que está sendo desenvolvido em Caxias, no Rio Grande do Sul. Lá, um grupo de pesquisa, envolvendo filósofos, arquitetos e pessoas de outras áreas de Ciências Humanas, junto com o Departamento de Turismo, está visitando as zonas de imigração italiana e, ao mesmo tempo em que identificam e analisam o produto arquitetônico, examinam o dialeto usado na região, comparando-o com os mais próximos. A estrutura econômico-social dos habitantes do lugar também está sendo estudada, assim como todo o universo de sua manifestação cultural.

A presença da SPHAN no Rio e no Espírito Santo

Durante mais de 40 anos a sede do órgão federal de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional permaneceu no Rio de Janeiro, onde eram definidas as diretrizes a serem seguidas em todo o país e para onde convergiam as informações e os questionamentos dos problemas dos Estados. A descentralização começou a surgir quando foram criadas as primeiras diretorias regionais, encarregadas de atuarem diretamente em suas áreas de abrangência. No entanto, os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, apesar de juntos formarem uma diretoria regional, continuaram intimamente ligados e dependentes da sede da instituição, ocupando, inclusive, o mesmo espaço físico, no 8.º andar do Palácio da Cultura.

Este fato, se por um lado trouxe benefícios em conseqüência da proximidade com a área superior da decisão, por outro dificultou a diretoria ter vida própria e independente, como sempre ocorreu com outras regionais, como a do Recife e a de São Paulo. Só muito recentemente, quando das transformações introduzidas no sistema federal de proteção aos bens culturais, que resultaram na transferência da sede do órgão para Brasília, é que a 5.ª Diretoria Regional, abrangendo os Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, começou a ter atuação mais autônoma.

Esta fase de transição tem exigido grande esforço do pessoal da 5.ª Diretoria Regional, por razões próprias da autonomia recém conquistada, mas principalmente devido às peculiaridades da região onde atua. A consolidação dessa autonomia foi a primeira preocupação dos responsáveis pela 5.ª DR que, nas ações propostas para 1.981, relacionaram as suas necessidades relativas à administração e instalação física. Hoje, a 5.ª DR conta com cinco arquitetos, um dos quais em vias de se aposentar, duas museólogas e dois funcionários administrativos, segundo informação do diretor substituto Theodoro Joels.

PECULIARIDADES

Esta reduzida equipe de técnicos e funcionários administrativos atua numa região muito peculiar em relação ao resto do país e onde talvez o processo de pressão e contra-pressão mais se faça sentir. Aos movimentos conservacionistas muito atuantes na área do Rio de Janeiro, que se fazem repercutir em todo o país graças à existência de poderosos e influentes meios de comunicação social, contrapõem-se as ações dos especuladores financeiros, ávidos em tirar proveito das belezas naturais da região.

Ao mesmo tempo, as mudanças institucionais ocorridas desde a transferência da Capital Federal para Brasília, dificultam a organização administrativa do Estado. Depois de anos como Capital Federal, o Rio de Janeiro viu-se transformado em Estado da Guanabara e, mais recentemente, em capital do Estado do Rio. E tudo isto em menos de 20 anos, exatamente as duas décadas em que o país mais rapidamente se transformou. Esta pode ser a razão alegada para a precariedade dos mecanismos estaduais de proteção aos bens culturais, na verdade ainda em fase embrionária, ao contrário do que ocorre em outras regiões, onde organismos estaduais já lideram o trabalho de proteção aos bens culturais.

Um outro fato costuma causar surpresa ao se analisar a área de atuação da 5.ª Diretoria Regional: mais de um terço dos monumentos tombados a nível federal concentram-se nos Estados do Rio e do Espírito Santo. Ou seja, mais de 300 dos quase mil monumentos tombados estão no Rio e no



Pedro Lobo / FNPM

Espírito Santo. A magnitude de conjuntos como o de Ouro Preto ou Olinda, que naturalmente atraem a atenção de todos, certamente impede a lembrança do extraordinário número de monumentos a serem preservados na área da 5.ª DR.

A diversidade de tipos de monumentos é mais um dado a ser considerado, pois existem desde cidades reconhecidas oficialmente como Monumento Nacional, como é o caso de Parati, até paisagens naturais tombadas, como é o caso dos morros do Pão de Açúcar, da Urca e diversos outros no Rio de Janeiro. Ou cidades como Petrópolis, recentemente declarada Cidade Imperial (veja Noticiário) e onde a busca do equilíbrio entre preservação e desenvolvimento têm exigido um esforço enorme.

Esse grande número de bens sob preservação encontra-se numa região densamente povoada e que por isto mesmo exige a implantação de gigantescas obras públicas, que alteram radicalmente a fisionomia urbana. É o caso, por exemplo, do metrô em construção no Rio de Janeiro, que afetou duramente diversas áreas da cidade, não se excluindo nem mesmo monumentos da importância do Convento Santo Antônio, um dos principais prédios históricos da cidade, que teve suas fundações afetadas pelas obras do metrô e de um grande edifício em construção nas proximidades.

SEM INTERRUPÇÃO

Ao lembrar algumas dessas peculiaridades da área de atuação da 5.ª DR, o diretor substituto, Theodoro Joels, ressalta a necessidade de se promover, o quanto antes, a implantação de uma infra-estrutura técnica e administrativa capaz de suportar a demanda, que cresce dia-a-dia. Por este motivo, as duas primeiras ações propostas ao orçamento de 1981 referem-se à área administrativa e à instalação física da Diretoria. A intenção é dotar a 5.ª DR de pessoal mínimo indispensável ao trabalho administartivo, que hoje rouba precioso tempo dos técnicos, forçados a cumprirem funções fora de sua competência. A instalação física da 5.ª DR é outra ação proposta, já que atualmente os 12 funcionários dividem uma sala de apenas 50 metros quadrados, com óbvios prejuízos na produtividade. Estimou-se ser necessário uma área de aproximadamente 300 metros quadrados, capaz de abrigar as diferentes seções que necessariamente integram a Diretoria.

Mesmo sem contar ainda com a infra-estrutura já solicitada, o trabalho da 5.ª DR desenvolve-se em diversas frentes, que variam desde o estudo de legislação urbana e código de obras de diversos municípios, à fiscalização de obras em execução. Uma das principais obras em andamento na área da 5.ª Diretoria Regional é a que começou a ser feita em março deste ano, no Museu Imperial, em Petrópolis. Orçadas em Cr$ 14.133.986,00 – recursos provenientes da Pró-Memória – as obras compreendem a restauração de paredes, pisos, cobertura, esquadrias, pintura e acabamento do Palácio Imperial. Estão sendo feitos, também, muros divisórios, delimitando toda a área externa do Museu, obra considerada fundamental para garantir a segurança das instalações. No prédio das carruagens, anexo ao prédio principal, será construído um abrigo para a locomotiva que hoje se encontra no pátio externo, sujeita à ação do tempo e interferindo no ambiente. Será feito, também, um depósito d'água e instalação de rede hidráulica. As obras, iniciadas em 13 de março, estarão concluídas no prazo de 180 dias.

No Rio de Janeiro, dois importantes prédios estão em obras: na Biblioteca Nacional estão sendo gastos Cr$ 2.815.200,00 para consolidação, reparos e restauração dos ornatos decorativos do forro abobadado e das paredes do quarto pavimento. As obras tiveram início em fevereiro e deverão estar prontas em 150 dias. No Palácio Itamaraty terminaram as obras de reparos no telhado, que consumiram Cr$ 1.100.000,00 mas a 5.ª DR, aproveitando a verba destinada pelo Ministério das Relações Exteriores, propôs a continuidade das obras para recuperar totalmente o prédio. Será feita a restauração e recuperação das galerias e salas do andar térreo, com colocação de vidros temperados e grades de ferro; revisão das instalações elétricas e recuperação de banheiros. O lago e o jardim serão recuperados e a estátua do Barão do Rio Branco, que hoje ocupa uma das salas do Palácio, será removida para o jardim. Será restaurado o painel mural de Rodolfo Amoedo, além de diversas outras obras. Um dos trabalhos mais importantes no Palácio do Itamaraty será a impermeabilização da cobertura do prédio que abriga a biblioteca, o arquivo histórico e a mapoteca, com aproximadamente dois mil metros quadrados de área construída. O arquivo histórico abriga, sem interrupção, a história diplomática brasileira de 1808 a 1959 e reúne cerca de 500 milhões de documentos. A mapoteca tem um acervo de mais de 30 mil mapas de diferentes tipos e categorias e uma coleção iconográfica de cerca de 20 mil peças, sendo considerada uma das mais importantes da América Latina. O acervo bibliográfico soma mais de 87 mil obras, num total de 105 mil volumes e folhetos. Esse conjunto é considerado pelos especialistas o terceiro do Brasil, superado apenas pelos da Biblioteca Nacional e da Biblioteca Municipal de São Paulo.

SOLUÇÃO LOCAL

Outra obra expressiva em realização pela 5.ª DR é a de recuperação do Museu da Casa da Hera, em Vassouras. Construída em 1.830, é uma residência térrea, semi-rural, localizada dentro de enorme chácara, e que tem suas paredes cobertas de hera. A casa pertenceu à família Teixeira Leite – Barões de Itambé – e reúne em seu acervo cristais, pratarias, telas a óleo, mobiliário típico do século XIX e inúmeras outras peças.

As obras de recuperação, iniciadas em novembro de 1.980, beneficiaram a cobertura, que teve todas as telhas de base trocadas, e agora concentram-se na construção do muro demarcatório da chácara. Um dos trabalhos mais difíceis, porém, é o da substituição do papel de parede que ornamenta os cômodos principais da casa. O papel original, de fabricação francesa, estragou-se com o passar dos anos, tornando necessária a sua substituição. Era preciso, no entanto, manter os mesmos padrões do papel original e a primeira idéia foi a de encomendar ao fabricante francês a confecção de papel idêntico. Foram enviadas amostras e especificações e, ao final de muitas trocas de informações, a fábrica francesa apresentou um orçamento que tornava proibitiva a contratação. Um fabricante brasileiro, porém, interessou-se pelo serviço, considerando-o muito mais um desafio à sua capacidade técnica, do que propriamente uma oportunidade



Pedro Lobo / FNPM

comercial, já que uma das exigências dos técnicos da 5.ª DR era a de que, caso se conseguisse reproduzir o padrão original, ele não poderia ser reproduzido em escala comercial. Depois de demorados estudos, foi possível a esse fabricante chegar ao padrão original. Realizados os testes, o material foi aprovado e uma das salas da casa já teve aplicado o novo papel. Deixou-se, porém, um testemunho do papel original, para que seja possível comparar os dois materiais. Esse trabalho, no entanto, é muito demorado, pois o artista precisa trabalhar no local e tudo é feito artesanalmente.

Estão sendo feitas, também, obras de emergência na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, em Parati. A torre da Igreja desestabilizou-se, exigindo a aplicação de uma verba de Cr$ 550 mil. Em Vitória, foram concluídas em março as obras de consolidação da Igreja de São Gançalo, que consumiram Cr$ 300 mil. No Rio de Janeiro, foi assinado contrato com a Tecnosolo para as obras de consolidação do prédio do Convento Santo Antônio. As obras do metrô e do edifício do BNDE afetaram as fundações do prédio do Convento e depois de muitos entendimentos o metrô e o BNDE assumiram os custos dos reparos, que estão sendo fiscalizados pela SPHAN. No Jardim Botânico continuam as obras de restauração dos prédios e monumentos localizados em seu interior, que vêm sendo feitas com a participação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

MUITO TRABALHO

As propostas apresentadas ao orçamento de 1.981 prevêem muito trabalho para a 5.ª Delegacia Regional. Com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a comunicação da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, já assegurados recursos da ordem de Cr$ 22 milhões, relativos à contrapartida aos recursos a serem liberados pelo Programa de Cidades Históricas. Destes Cr$ 22 milhões, Cr$ 15 milhões serão aplicados pela empresa Furnas em estudos e obras no Núcleo Histórico de Mambucaba, no município de Angra dos Reis. Na cidade de Vassouras estão previstas obras no palacete situado à Rua Custódio Guimarães, 65, que contam com a participação financeira da Fundação Roberto Marinho. Em Parati serão feitas obras no sobrado n.º 177 da Rua Dona Geralda, também com participação da Fundação Roberto Marinho. No Rio de Janeiro, a Casa de Banhos de D. João VI e a Igreja de Monserrate serão recuperadas com participação da Fundação Roberto Marinho, que está presente, támbém, na restauração do palacete Ribeiro de Sá, em Paraíba do Sul. Em Cabo Frio estão previstas obras no Morro da Guia e adjacências do Convento de Santa Maria dos Anjos.

Com o Governo do Espírito Santo, através de sua Fundação Cultural, está prevista a continuidade das obras de recuperação dos prédios do Porto de São Mateus. Todos os prédios em recuperação já têm destinação definida e os autores do projeto informaram que tiveram a preocupação de recuperar grupos de casas vizinhas, "para que o aspecto original desse sítio histórico fosse gradativamente recuperado, de forma não fragmentada". No segundo semestre de 81 serão executados os conjuntos n.º 11 e n.º 12, destinados a escolas do 1.º grau e Jardim de Infância, e também o prédio n.º 15, que se destinará a moradias e lojas.

Mas a grande parte das obras propostas ao orçamento de 81 são as de responsabilidade da própria 5.ª Diregotia Regional, que pretende executar obras em diversos prédios, principalmente no Rio de Janeiro. Assim, estão propostas obras de restauração no prédio da antiga Alfândega, que está com graves problemas na estabilidade da cobertura, sendo necessárias obras prara a consolidação das estruturas dos telhados, abóbadas e forros de estuque, bem como na colunata de sustentação do entablamento interno. Só para os levantamentos e projetos foram solicitados Cr$ 5 milhões. Trata-se de notável exemplo da arquitetura neoclássica, projeto do arquiteto da Missão Artística de 1.816, Grandjean de Montigny.

Na Casa Museu de Benjamim Constant, os técnicos da 5.ª DR consideram necessária a construção de cortinas escalonadas para a contenção das encostas, além de diversas outras obras orçadas em Cr$ 20 milhões. Na Igreja de N. S. da Penha, em Jacarepaguá, deverão ser aplicados Cr$ 5 milhões na restauração da pintura dos forros da nave e da capela-mór, prejudicada por repinturas e camadas de verniz. Serão feitos, também, reparos gerais nos telhados e forros e restauração total da Casa dos Romeiros. Ainda no Rio de Janeiro, a 5.ª DR pretende executar obras no conjunto do Convento de Santo Antônio e Igreja de São Francisco da Penitência e no cemitério anexo e para as pesquisas, estudos e projetos foi estimado um gasto de Cr$ 6 milhões. Na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, ex-Catedral Metropolitana, que teve as fundações afetadas por obras de uma empresa concessionária de serviços públicos, a 5.ª DR deve gastar

Cr$ 4 milhões em pesquisas e projetos para recuperação total do prédio, inclusive da Capital Imperial, acoplada à Igreja. No Hospital de Santa Casa de Misericórdia serão gastos Cr$ 2,5 milhões na restauração dos telhados e forros. Em prospecções, estudos e projetos de consolidação e restauração do Museu Nacional, estão previstos gastos de Cr$ 3 milhões no primeiro semestre de 81. Está previsto, também, o cercamento e agenciamento da "Duna Grande", em Itaipú, orçado em Cr$ 6,5 milhões. Será dada continuidade às obras do Museu da Fundação Raymundo de Castro Maia, que conta com participação financeira da Fundação Roberto Marinho, e à restauração do Museu da Casa da Hera.



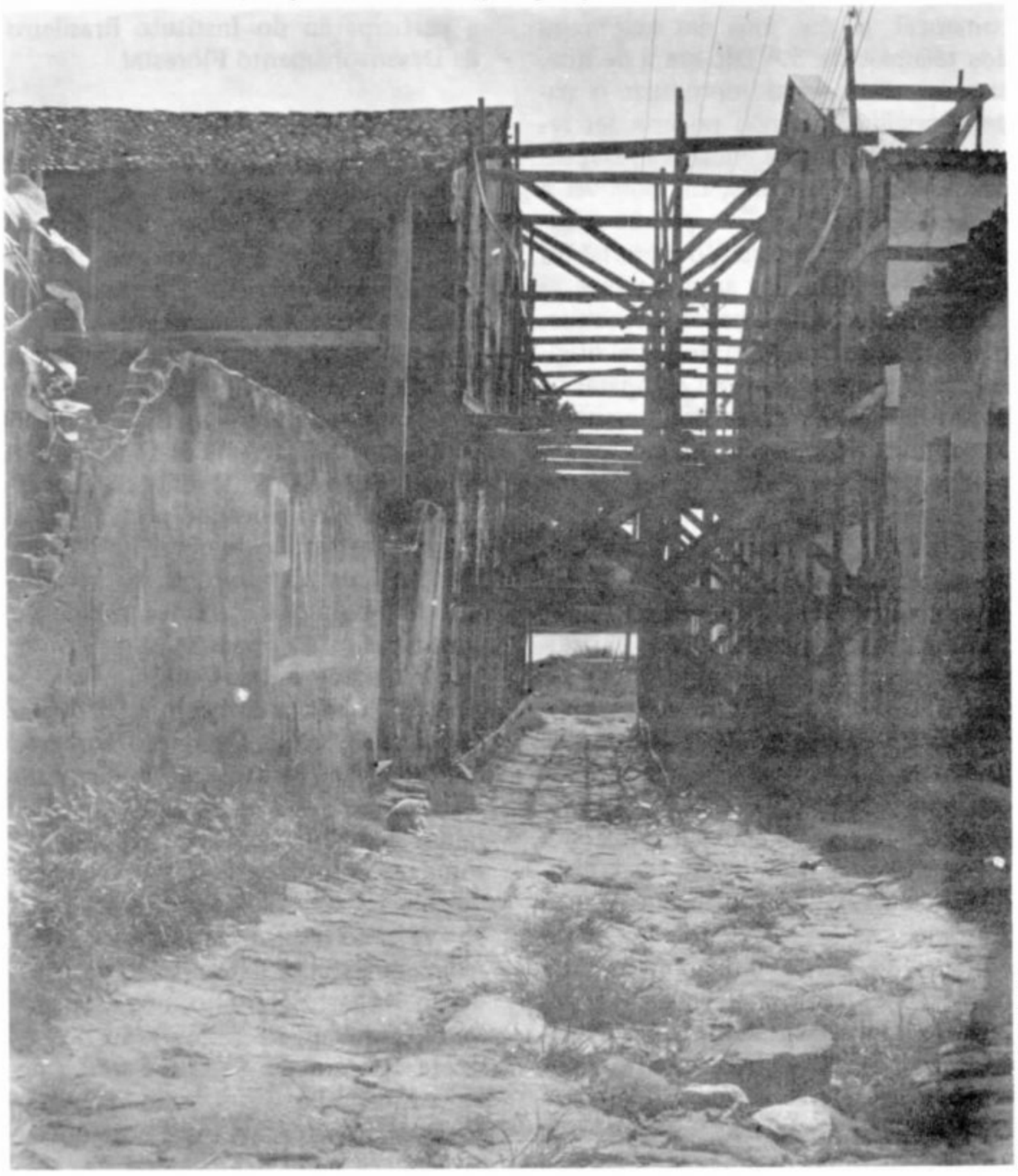
Briane Bica / FNPM

Em São Mateus, ES, os prédios em recuperação já têm destinação definida.

OUTRAS ATIVIDADES

Mas o trabalho da 5.ª DR não se encerra na programação e execução de obras. Ao orçamento de 1.981 foram apresentadas 15 ações distintas, as duas primeiras já mencionadas, referentes à infra-estrutura administrativa e à localização física da Diretoria. Outras duas ações consideradas de muita importância referem-se à instalação de um escritório de representação em Parati, reivindicação antiga da comunidade, ressaltada recentemente no Seminário realizado naquela cidade; e à instalação da representação da 5.ª DR em Vitória, no Espírito Santo.

Estão previstas, ainda, ações para dinamização do Museu de Arte Sacra de Parati, funcionamento do Forte Defensor Perpétuo, também em Parati, abertura do Museu Casa de Benjamim Constant, funcionamento da Casa de Hera, em Vassouras, e do Museu de Arte Religiosa e Tradicional, em Cabo Frio e reabertura e funcionamento do Museu de Arqueologia, em Itaipú. Outra ação pretendida pela 5.ª DR é a revisão e complementação de normas e critérios de proteção ambiental dos monumentos naturais, urbanísticos e arquitetônicos do Rio de Janeiro e Niterói, visando a sua adequação e aperfeiçoamento como instrumento de atuação da SPHAN. No município de Parati será dada continuidade ao estudo da legislação urbana, preparando-se um novo código de obras e leis de zoneamento e utilização do solo.



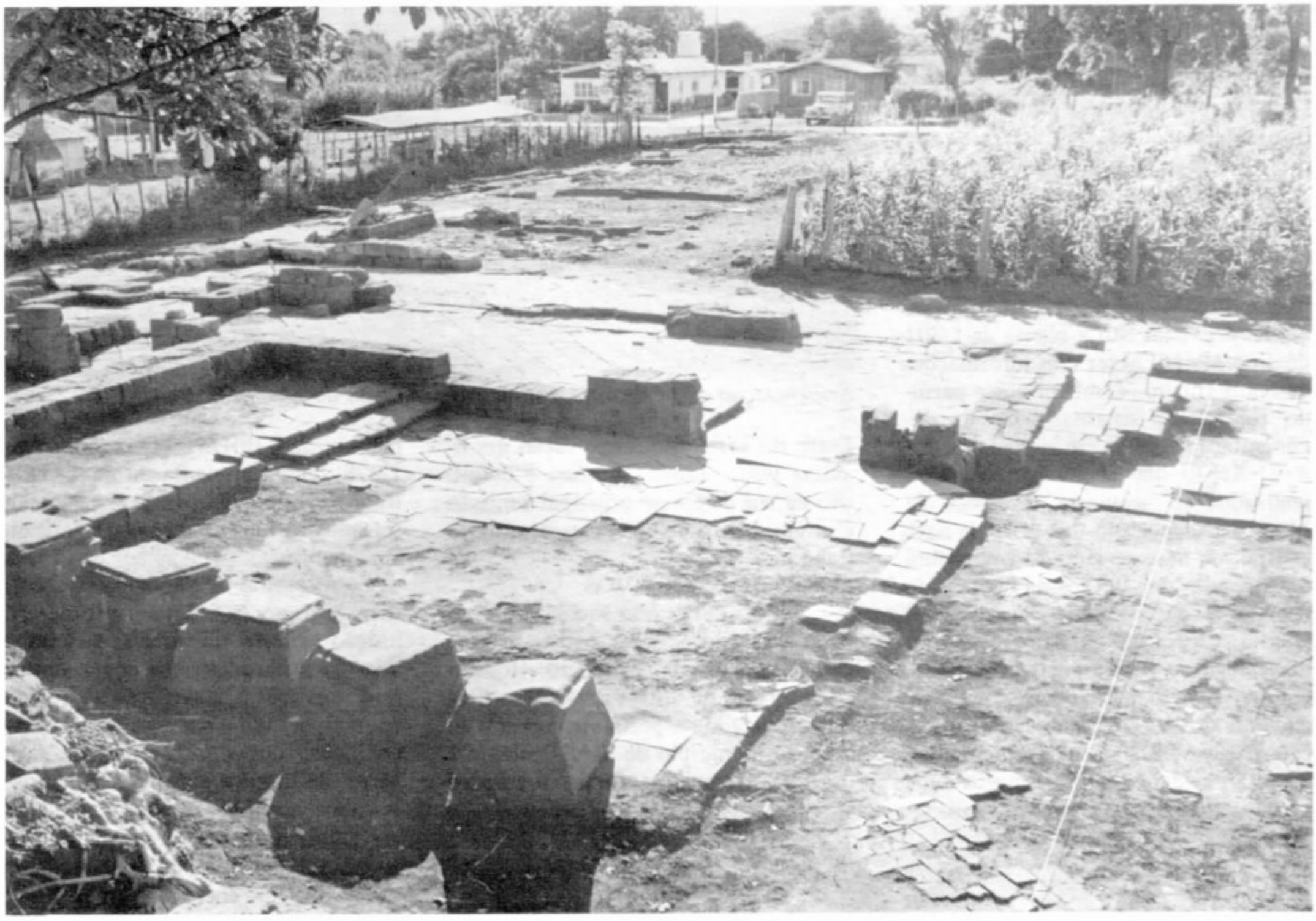
Briane Bica / FNPM

Março/Abril 1981

SPHAN 11
próMemória

São Nicolau

SPHAN define os trabalhos que serão executados durante este ano



Fernando La Salvia / FNPM

A 9.ª Diretoria Regional da SPHAN - Pró-Memória já definiu os trabalhos que serão executados no transcorrer deste ano na Missão Jesuítica de São Nicolau, no Rio Grande do Sul. Com vistas ao prosseguimento das escavações, cuja área já atinge a cerca de 3.500 m², é intenção da Regional retomar de imediato as áreas sem título de propriedade, que vêm sendo inadequadamente utilizadas com prejuízo às escavações e à ambientação das ruínas. Da programação consta, ainda, o mapeamento da área escavada e a preparação do material coletado até o momento, para posterior análise e interpretação.

Segundo informe da Diretoria, prevê-se trabalhos por mais dois ou três anos em São Nicolau, em vista do seu rico material arquitetônico, que documenta a civilização material missioneira. As escavações obedecem a uma programação sistematizada, para que seja possível o aproveitamento e a preservação desse material, que posteriormente será analisado e interpretado. Até agora, os trabalhos arqueológicos proporcionaram a descoberta de algumas peças de indiscutível importância, tais como lápides datadas entre 1.700 e 1.817, boleadeiras, batentes, e, principalmente, pias de água benta de excelente nível escultórico.

Para este ano, está prevista, ainda, a remoção do leito atual das ruas em torno da praça da missão, o que vai permitir escavações em casas de índios. A regional pretende, também, adaptar um prédio cedido pelo governo do Rio Grande do Sul, onde será organizado um pequeno museu e uma zeladoria junto às ruínas. Toda a pesquisa de campo vai ser documentada e os fichários dos trabalhos serão ordenados e processados.

HISTÓRICO

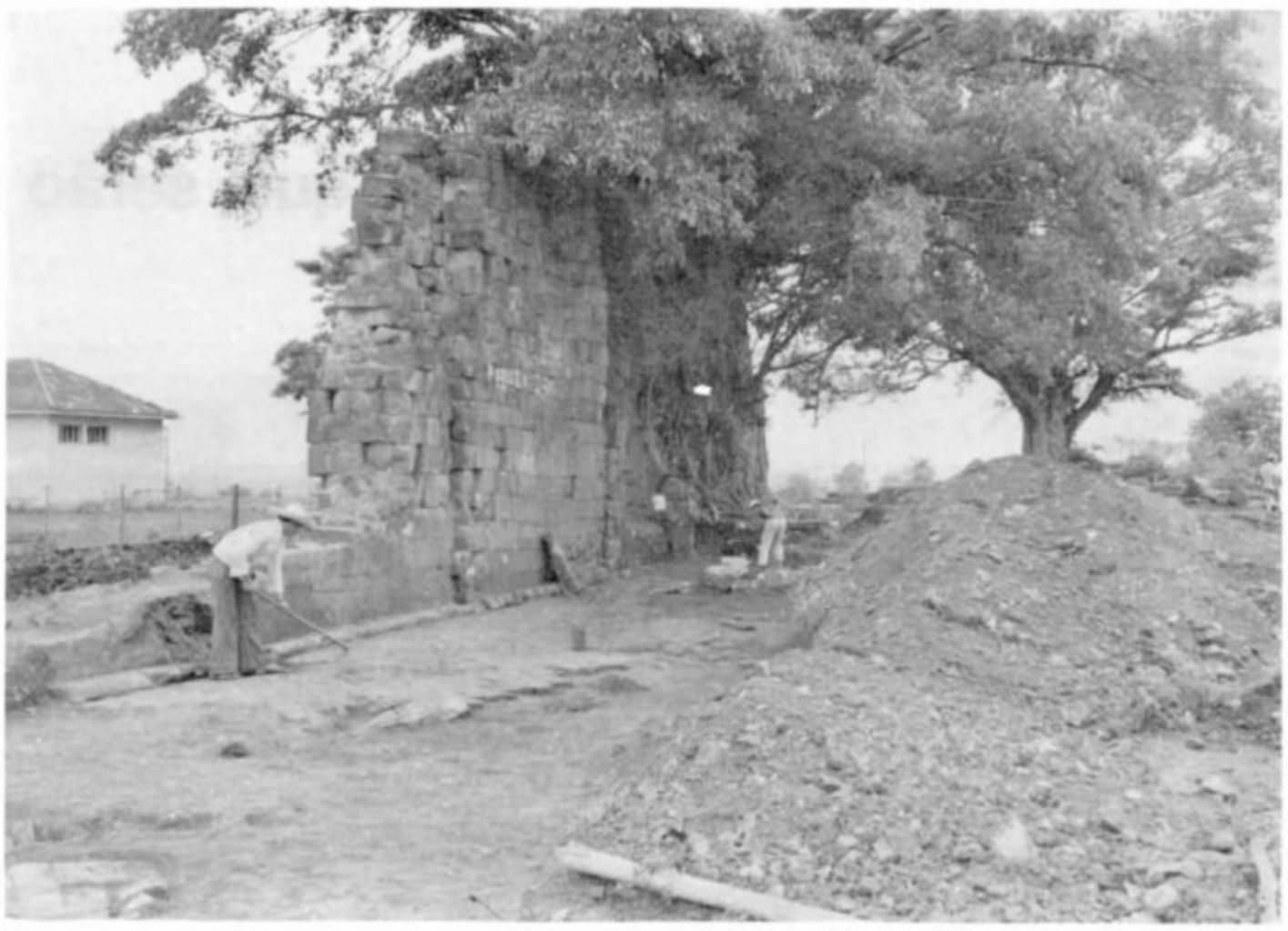
O Projeto de Escavação dos Remanescentes Missioneiros, ora em curso em São Nicolau, foi viabilizado em 1.978, com a implantação da 9.ª Diretoria Regional da SPHAN.

Em 6 de dezembro de 1.978 foi feita a primeira inspeção aos "restos" missioneiros de São Nicolau. Na oportunidade e com a experiência de esca-

vações procedidas em São Miguel (de 1.969 a 1.973) e São Lourenço (em 1.974), ficou constatada a importância das ruínas para o estudo de arquitetura missioneira. Em agosto de 1.979 foi feita uma segunda visita ao local, quando os trabalhos foram iniciados . Em 31 de outubro de 1979, após prospecção na igreja e no colégio, constatou-se a potencialidade cultural que o desenvolvimento da pesquisa ofereceria, hoje confirmada pela riqueza informativa dos remanescentes aflorados pelas escavações.

Entre os dias 8 de setembro e 30 de outubro do ano passado foi elaborada a complementação do plano de escavações e cotejada a distribuição dos prédios da antiga missão com a malha urbana atual de São Nicolau. Utilizou-se para isto a planta de 1.801 de José Maria Cabrer e as informações de Saint Hilaire. Também nesse período foi feita a sistematização da documentação colhida em campo.

Até o dia 31 de março foram realizados os seguintes trabalhos de campo: evidenciação dos pisos da nave central, da nave do lado do Evangelho, do alpendre dos fundos da igreja e do colégio e da escadaria de acesso à Quinta; escavação de parte do corpo do colégio e do respectivo alpendre voltado para o pátio, bem como trechos do sistema de esgotos; identificação e escavação da ala principal do hospital; evidenciação dos muros Sul e



Fernando La Salvia / FNPM

Evidenciação de trechos do piso da nave, no lado do Evangelho.

Leste do cemitério e escavação das lixeiras junto àqueles muros; e definição da rua de acesso principal à missão e início dos trabalhos de escavação do Cabildo.

OBJETIVOS

A Missão de São Nicolau foi fundada em 1.687 pelos padres Roque González e Miguel Ampuero. Hoje, o sítio urbano da antiga missão jesuítica fica localizado no perímetro urbano da sede do município de São Nicolau. Os "restos" da missão foram tombados pelo antigo IPHAN em 1.970 e em 1.978, com a implantação da 9.ª Diretoria Regional da atual SPHAN, foram traçados os objetivos dos trabalhos ora em curso.

As ruínas de São Nicolau constituem um precioso documento da civilização material missioneira e os trabalhos ali realizados têm como um de seus objetivos a "devolução ao homem contemporâneo e aos seus pósteros das condições de *leitura*, na pedra e no barro, de um dos episódios mais notáveis da civilização jesuítico-guarani".

Em um plano geral, os serviços realizados em São Nicolau pretendem "uma redefinição da estrutura urbana e de exploração econômica da Antiga Redução de São Nicolau" e "uma preservação do material arqueológico e histórico", além da "evidenciação dos remanescentes arquitetônicos" e "uma valorização, através de ambientação adequada, de todo o conjunto evidenciado".

Especificamente, o projeto visa o estudo das etapas da expansão urbana de São Nicolau e a interpretação dos espaços construídos. A determinação do estágio cultural, da aculturação havida e da cultura final produzida, e o conhecimento do nível técnico de engenharia e da arquitetura enquanto construção, também integram os objetivos específicos dos trabalhos executados naquela localidade do Rio Grande do Sul.



Fernando La Salvia / FNPM

Limpeza de pisos do alpendre e da nave, separados por alicerces da parede do lado da Epístola.

Março/Abril 1981

SPHAN 11
*pró*Memória

Parque Nacional de Guararapes em fase final de reorganização



Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres – Jaboatão, PE.

De 18 a 27 de abril foi realizada, mais uma vez, a tradicional Festa da Pitomba, em Jaboatão, município de Pernambuco. Milhares de pessoas acorreram ao Outeiro dos Guararapes, encimado pela Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres. Os dez dias de festa coincidiram com o atual esforço pela organização final do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, ali criado.

No contexto da política de preservação e promoção dos bens culturais brasileiros, pretende-se perpetuar o local das batalhas, cujo símbolo é o templo de Nossa Senhora dos Prazeres, construído em 1656 por ordem do então governador da Capitania de Pernambuco, general Francisco Barreto de Menezes. No dia 19 de abril de 1648 deu-se a Batalha dos Guararapes, em que negros, índios e portugueses venceram o exército holandês. A data é também dedicada à festa de Nossa Senhora dos Prazeres.

O PARQUE

Desde 1937, quando foi tombada a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres pelo então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a área de Guararapes tem sido motivo de proteção por parte do governo federal. Em 1971 foi criado o Parque Histórico Nacional dos Guararapes, após o tombamento da área dos montes, em 1965, e da desapropriação da mesma em 1966.

Em seus duzentos e trinta hectares, o Parque passa, agora, por uma remodelação geral. Sua sede encontra-se em fase final de reforma e nela uma sala especial acolherá uma exposição permanente de textos, iconografia, objetos e utensílios. Todo esse material será reunido no futuro Museu da Restauração Pernambucana, projetado para o interior do Parque.

Trinta mil mudas de espécies vegetais características da região, obedecendo a um prévio estudo botânico, já foram doadas pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal para o reflorestamento da área. A sementeira está organizada e produzindo mudas para o ajardinamento, gramagem e paisagismo.

Está em andamento, também, a construção da área de *camping* para barracas e *trailers*. A infra-estrutura da área está concluída e deverá ser inaugurada no segundo semestre. O empreendimento dará renda permanente e estável ao Parque, pois a sua localização em plena região metropolitana do Recife, sua proximidade da praia da Piedade e sua importância histórica certamente atrairão muitos caravanistas e campistas.

Outra obra projetada é o Restaurante Panorâmico, cuja construção conta com o apoio da EMPETUR – Empresa Pernambucana de Turismo. O restaurante será construído no balvedere Norte. Do alto de duas elevações do Parque (Outeiro dos Guararapes e o Monte do Telégrafo) têm-se magnífica vista dos municípios de Olinda, Recife e Jaboatão, incluindo-se o Cabo de Santo Agostinho, que se estende para o Oceano Atlântico.

O trânsito de veículos já está disciplinado e a freqüência do Parque – entrada e saída – se faz agora pelo pórtico de entrada, único e exclusivo, com acesso pela Estrada da Batalha, que liga as cidades do Recife e do Cabo.

Todo o trabalho se faz em permanente diálogo com a população residente na área. Em certas partes do Parque, invadidas no ano passado, estão se procedendo mudanças de famílias que construíram barracos nas encostas dos morro. No momento, as pessoas estão sendo transferidas para outras áreas do próprio Parque, visando, com isso, a estabilidade da posse e do domínio de terrenos, o que vai permitir a fixação final dos limites reais do Parque em um polígono de preservação rigorosa.

Instituto dos Arquitetos do Brasil tem encontro nacional para discutir preservação

O Instituto dos Arquitetos do Brasil — IAB — sempre se preocupou, em maior ou menor grau, com a questão da preservação do nosso patrimônio arquitetônico, seja ele histórico ou ambiental. No último congresso nacional de arquitetos, realizado em 1979, esse tema despertou grande interesse e, para julho deste ano, o IAB/SP estará promovendo um encontro nacional sobre preservação. Esta informação foi prestada pelo presidente do IAB/DF, Marco Antônio Galvão, em entrevista publicada a seguir. Nela, ele fala também sobre as deficiências da formação universitária do profissional arquiteto e frente à preservação do nosso patrimônio.

Na nova conjuntura que se coloca, em que a preservação da cultura e nessa, do legado arquitetônico e urbanístico, passaram a ser um tema fartamente tratado, em particular nos meios profissionais ligados à projeção arquitetônica, como você vê a relação entre o conteúdo da formação profissional do arquiteto durante o seu período escolar universitário e essa renovada preocupação com a preservação cultural?

Meu período de formação universitária (67-72) se encaixa num segmento da formação universitária onde pouca ênfase se dava à preservação. Acredito mesmo que uma porcentagem muito pequena dos profissionais desse período saísse da escola com um mínimo de preocupação neste sentido. Assim, a nova conjuntura que se coloca me parece o princípio de um novo caminho norteado no sentido de que a preservação cultural não só é uma forma de se firmar a história de um povo. É também algo que no campo prático da construção, na maioria das vezes demonstra que preservar um prédio antigo é melhor do que demolí-lo e fazer uma nova edificação.

Sabendo-se que cabe ao arquiteto, como profissional do projeto, atuando em posições de decisão sobre o meio construído, uma parte importante da responsabilidade pela preservação como também pela destruição do legado construído, como você veria a inserção nos cursos de arquitetura de uma temática e de um conteúdo tendo por objeto a preservação e revitalização do meio construído?

Me parece que a pergunta foi parcialmente respondida acima. Na medida em que se observa, mais e mais, o interesse dos alunos de arquitetura em dedicar parte de seu curso a este assunto, fatalmente aumentará o contingente de arquitetos preocupados em preservar, mais do que demolir. Isto, me parece, pode gerar pressão de fora para dentro, no sentido das escolas de arquitetura inserirem em seu currículo temáticas específicas. Tenho a impressão de que isto está acontecendo na Universidade de Brasília.

E como você vê a responsabilidade do arquiteto assim colocada?

Sempre foi muito grande a responsabilidade do arquiteto nesta área. Se de um lado temos profissionais competentes e dedicados, de outro temos no mínimo a negligência e desinteresse pelas construções que no fundo materializam em pedra e tijolo a trajetória de nossa cultura. Acredito que o crescente interesse nas escolas de arquitetura pela preservação aos poucos tenderá a modificar para melhor o quadro atual.

Em que medida a realidade do mercado de trabalho impede ou favorece que o profissional arquiteto atue em favor da preservação?

Acho que o mercado de trabalho na área de preservação é um canal pouco explorado e que permite uma atuação crescente do profissional arquiteto.

O IAB/DF e possivelmente o IAB/NACIONAL e seus departamentos estariam dispostos a lançar uma campanha nacional junto aos profissionais da arquitetura, sobre essa questão da preservação? E como se faria tal campanha?

A preservação, em maior ou menor grau, sempre foi preocupação do IAB, tanto como direção Nacional, quanto como Departamentos. Atualmente começa a se esboçar uma atividade mais intensa, inclusive com um encontro nacional sobre preservação, marcado para julho e promovido pelo IAB/SP. O último congresso de arquitetura, realizado em fins de 79, também discutiu bastante o tema. Em Brasília, alguns associados do IAB/DF começam embrionariamente a discutir como e o quê preservar em Brasília, tendo em vista suas peculiaridades de cidade nova e projetada.

Março/Abril 1981

SPHAN 11
próMemória

Experiência de Brumado muda conceito de exposição

Concretizar em ação efetiva a relação cultura-educação. Esta é a razão da exposição *Cachoeira do Brumado: o fazer da comunidade*, realizada de março a abril, na sede da SPHAN, em Brasília. Inaugurada no dia 18 de março, a mostra foi o primeiro passo no sentido de reformular o conceito tradicional de exposição. Geralmente, uma exposição é vista como uma mostra de peças acabadas, onde se desconhece o processo de sua produção e o porquê dessa produção.

Quebrar essa idéia estática, *acabada* e, ao mesmo tempo, *explicar* didaticamente o significado das peças expostas, foi o sentido da exposição, que reuniu o artesanato de Cachoeira do Brumado, distrito da cidade de Mariana (SPHAN n.º 7 - pág. 8). Mostrou-se, de uma forma dinâmica, todo o processo de produção, desde o material em sua forma natural até o produto final: peças em pita (uma espécie de fibra) – tapetes, chapéus, cortinas, bolsas – e em pedra sabão – panelas, mesas. Foram expostos, também, trabalhos entalhados em madeira dos conhecidos artesãos Artur e Adão. Todo o material é encontrado na própria região e a sua transformação representa praticamente o sustento dos que ali vivem. A economia da localidade está assentada na venda dos trabalhos executados.

Para por em prática a proposta da mostra, a de iniciar uma experiência no sentido de concretizar em ação aquela relação cultura-educação, foi programada uma agenda de visitação, elaborada em conjunto com a Fundação Educacional do Distrito Federal, para que os alunos da rede oficial de ensino do DF pudessem tomar contato com a produção cultural de um grupo de artesãos (no caso de Cachoeira do Brumado) e, ao mesmo tempo, além da informação contida na própria exposição, provocar entre eles uma discussão sobre a questão do patrimônio cultural nacional.

Essa primeira etapa foi cumprida com a visitação de pouco mais de 1.000 escolares acompanhados dos professores responsáveis. Os alunos mostraram um grau de interesse bastante acentuado, decisivo para a continuidade da experiência.

Além do interesse imediato e da curiosidade pelos objetos e processos vistos na exposição, os alunos manifestaram preocupação por questões mais abrangentes, tais como o apoio que a Fundação Nacional Pró-Memória, enquanto órgão do governo, daria aos artesãos para que eles continuem produzindo suas peças e vivendo do seu trabalho e, ainda, quais os motivos que estavam levando os homens a deixar a atividade artesanal, que vai sendo assumida gradativamente pelas mulheres, e mais, como os produtos são comercializados.

Compareceram à visita alunos matriculados no primeiro grau, da segunda à oitava séries, das escolas-parque do Plano Piloto, da escola-classe da Península Norte, e das cidades-satélites de Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Ceilândia e Cruzeiro, além dos estudantes do ensino especial. A programação contou com o apoio da Câmara dos Deputados, que proporcionou o transporte dos alunos. Outras exposições de caráter didático estão sendo programadas pela SPHAN, dentro do mesmo espírito desta de Cachoeira do Brumado.



FNPM / SPHAN

ENCONTRO

Tendo em vista a natureza artesanal do trabalho da população de Cachoeira do Brumado e aproveitando a oportunidade da data de abertura da exposição – 18 de março, véspera do Dia do Artesão – foram contatadas, através da Secretaria do Serviço Social, diversas associações de artesãos do Distrito Federal. Essas entidades fizeram-se representar num encontro, na sala da exposição, com os artesãos de Cachoeira do Brumado presentes em Brasília por ocasião da abertura da mostra.

A importância fundamental do encontro foi a oportunidade da troca de informações sobre a própria natureza dos trabalhos, os processos de produção, as dificuldades de colocação do produto e da ampliação do mercado. Os artesãos do Distrito Federal transmitiram sua experiência de trabalho associativo como forma de melhor enfrentar essas dificuldades. Apresentaram, ainda, modelos de estatutos das várias associações e se dispuseram a ir a Cachoeira do Brumado prestar as colaborações necessárias para a constituição dessas agremiações.

PESQUISA

A exposição foi o resultado de um trabalho de documentação, realizado em novembro do ano passado, do fazer em Cachoeira do Brumado. A pesquisa foi executada no âmbito do *Programa Ouro Preto* (IPHAN n.ºs 1, 2 e 3), que tem por objetivo documentar processos de produção artesanal nos distritos dos municípios de Ouro Preto e Mariana, a fim de identificar peculiaridades de sua vida societária, suas lideranças, visando o desenvolvimento de trabalho comunitário nas áreas de saúde e educação.

GOIÁS

Preservação é meta do INDUR em Pirenopólis e Goiás

Aprovado no final do ano passado, encontra-se em execução em Pirenópolis (GO) o Plano de Ação Urbana e Municipal e Preservação do Patrimônio Histórico das Cidades de Goiás e Pirenópolis, cuja proposta foi elaborada pelo INDUR - Fundação Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de Goiás. A responsabilidade da execução do projeto é do próprio INDUR, com o apoio da SPHAN - Pró-Memória, Fundação Cultural de Goiás e das Prefeituras Municipais (IPHAN n.º 5 - pág. 18).

O Plano de Ação objetiva basicamente, segundo a proposta do INDUR, "a recuperação, preservação e conservação do conjunto histórico das duas cidades goianas", abrangendo a paisagem natural e edificada, bem como as manifestações culturais da região". Do trabalho realizado vai resultar "a Lei do Uso do Solo e o Código de Obras de Pirenópolis e da Cidade de Goiás, além de outros serviços a serem implantados dentro da área social, nos municípios em questão". Com o projeto pretende-se, ainda, "a divulgação e a informação sobre a importância do patrimônio histórico e artístico "das duas cidades" como forma de valorização deste potencial e de sua preservação".

Um ponto a destacar é que o plano não visa apenas "a preservação ou conservação dos monumentos históricos em si, como também, desencadear ações ou mecanismos indutores capazes de estimular um processo de desenvolvimento sócio-econômico e cultural, adequando esses elementos ao contexto real das cidades nas quais se inserem".

A função turismo, também, está prevista no projeto, e "deverá ser entendida como uma alternativa de revitalização do núcleo urbano, desde que compatibilizadas as medidas de preservação do acervo cultural e natural às medidas de desenvolvimento sócio-econômico da comunidade".

De acordo com a proposta do INDUR, o projeto terá fases de execução, que, "na realidade, compõem um mesmo conjunto de objetivos a serem alcançados". Os trabalhos prevêem um envolvimento da população das duas cidades, pois, segundo o INDUR, "a interação dos técnicos com a população, em todos os níveis de decisão, é fundamental para o desencadeamento de um processo de planejamento do desenvolvimento urbano". E mais: "são as pessoas que habitam um determinado espaço e se relacionam dentro dele, as mais capacitadas para explicar o seu ambiente sócio-político e econômico. Mesmo que estas explicações não se dêem a nível de uma abstração teórica ou acadêmica, elas acabam por traduzir a nível do discurso local as formas como se apresentam as relações sociais básicas".

PARTICIPAÇÃO

A preocupação em envolver a comunidade no Plano de Ação é ainda explicada pelo INDUR como "a possibilidade de não se assumir o papel de invasores culturais, com propostas e soluções derivadas de uma visão específica", no caso, a das equipes técnicas envolvidas no projeto. Segundo o órgão, "esta postura não significa a adoção de uma atitude de negação do papel técnico, pois existe uma contribuição técnica importante a ser dada, mas que só se viabiliza dentro de uma atitude de respeito à população receptora do Plano e da forma como ela percebe e busca solução para seus problemas".

Dessa forma, acrescenta a proposta do INDUR, "a metodologia que se propõe objetiva incentivar a participação da comunidade local no processo de planejamento, induzindo essa comunidade a participar ativamente da melhoria de seu espaço urbano, no fortalecimento de sua economia e conseqüentemente na melhoria de sua qualidade de vida".

Essa participação será incentivada, no decorrer dos trabalhos, através da formação de cooperativas, organização de feiras livres, reconstituição de equipamentos de utilidade pública, incentivos às atividades culturais, campanhas e todas as formas que independam de decisões oficiais. As equipes de trabalho procurarão estabelecer contatos com entidades, associações de classe e instituições setoriais dos municípios, procurando mostrar a importância e abrangência do plano, objetivando sua maior participação na elaboração e implantação do mesmo. Serão realizadas discussões com os integrantes dessas entidades, visando definir a melhor forma de mobilização da comunidade para o alcance dos objetivos do projeto.

SOLUÇÕES

As alternativas de solução para os problemas das comunidades é uma etapa posterior prevista no Plano de Ação, que passa pelo conhecimento da problemática local. Este conhecimento será levantado por meio de pesquisas, envolvendo uma vivência junto à comunidade, procurando detectar problemas e aspirações. Esse contato será alcançado através de reuniões, seminários, formação de grupos por área de interesse e, principalmente, ouvindo os habitantes locais.

Segundo a proposta de execução do INDUR, as pesquisas abordarão os setores sócio-econômico, físico e institucional, "devendo apresentar como produto final dados sobre a situação real do núcleo urbano e sua envolvência municipal, de forma a permitir uma avaliação global e setorial do objeto em estudo". Estas avaliações procurarão definir os objetivos da proposta, definindo quais setores deverão ter atuação mais intensiva e enfocarão as potencialidades e deficiências do sítio urbano, da estrutura física e administrativa da cidade e os recursos econômicos e políticos no município.

Conhecida a problemática da região, os trabalhos se voltarão para a etapa de propostas de soluções. O diagnóstico, segundo o INDUR, será apresentado à comunidade e administração local e serão realizados seminários envolvendo a SPHAN, o próprio INDUR e demais órgãos setoriais envolvidos nos problemas da comunidade. A intenção é tornar do conhecimento de todos as potencialidades e problemas dos municípios para que as soluções possam ser buscadas de modo integrado.

As alternativas de solução sugeridas deverão ser discutidas a nível de viabilidade técnica e financeira, devendo pesar muito nesta fase a sensibilidade e posicionamento da equipe de trabalho, segundo diz a proposta do Plano de Ação. A seleção dessas alternativas levará em conta o interesse político, baseado nas aspirações da comunidade, e os recursos financeiros disponíveis.

A implantação propriamente dita do Plano de Ação, definidas as propostas, será acompanhada por um escritório de planejamento localizado na própria cidade onde o projeto está sendo desenvolvido. O objetivo desse escritório é o de maior aproximação da Fundação INDUR com a comunidade, no momento de implantar as propostas solucionadas, para que não haja um esvaziamento no processo de planejamento.

Restauração impede desabamento de sobrado em Goiás

Deverão estar concluídas até julho as obras de restauração do imóvel tombado pela SPHAN – Pró-Memória, à rua Couto Magalhães, na Cidade de Goiás (GO). O prédio – um sobrado de janelas de púlpito e vergas em arco de ogiva – estava completamente destelhado, e a ação das chuvas em março provocou o desmoronamento de parte de sua fachada lateral.

Ao tomar conhecimento da iminência de desabamento de todo o prédio, a 7.ª Diretoria Regional da SPHAN – Pró-Memória, sediada em Brasília, mobilizou o seu pessoal, que se deslocou para Goiás Velho. Após um trabalho de esclarecimento, os funcionários da Regional convenceram o proprietário do imóvel da necessidade de se iniciar a restauração, caso contrário todo o sobrado seria comprometido.



FNPM / SPHAN

A princípio, o proprietário não se mostrou disposto a voltar atrás em sua decisão de demolir o prédio – em dezembro do ano passado, por conta própria, ele começou o destelhamento do imóvel, sendo sustado pela SPHAN, que em setembro de1978 o havia tombado e incluído no Roteiro Histórico e Artístico de Goiás. Em seguida, o proprietário encaminhou solicitação à Prefeitura, para ter autorização para dar continuidade à retirada das telhas. A Prefeitura negou o pedido; mesmo assim, ele deu ordens para o prosseguimento dos trabalhos.



FNPM / SPHAN

Novamente a 7.ª Diretoria Regional interveio, desta feita de modo mais firme, ameaçando, inclusive, levar o caso à justiça. Finalmente, o pessoal da Diretoria conseguiu sensibilizar o proprietário, que se comprometeu a desistir de sua intenção de demolir o prédio e concordou com que as obras de restauração fossem iniciadas.

Em seguida, o sobrado foi embargado pela Prefeitura, que tratou de isolar a rua à sua frente. A restauração foi iniciada e os trabalhos estão sendo executados por uma firma especializada.

Em acordo com a legislação brasileira de proteção aos bens culturais, a SPHAN, através da 7.ª Diretoria Regional, orientou o projeto de restauração e acompanha a execução do mesmo. Desse modo, serão fielmente reconstruídos o telhado e as fachadas do imóvel. Internamente, a nova utilização do prédio será razão de elaboração de um projeto de adaptação.

Em andamento, as obras do Teatro de Pirenópolis e da Igreja de Natividade



FNPM / SPHAN

Já estão em fase de execução as obras de restauração do Teatro de Pirenópolis e da Igreja de São Benedito em Natividade, cidades de Goiás. Os projetos foram elaborados pelo governo estadual, aprovados pela SPHAN e a restauração dos prédios está a cargo da Fundação Cultural de Goiás, sob a supervisão da SPHAN – Pró-Memória.

A restauração do Teatro de Pirenópolis tem como objetivo preservar o único exemplar deste tipo de edificação existente no Estado de Goiás. O imóvel foi construído no século XIX e, recuperado, vai dotar a cidade de Pirenópolis de uma casa de espetáculos.

Apesar de conservar sua estrutura original, o prédio sofreu alterações em seu interior e já há alguns anos perdeu sua função, abrigando uma serraria e casa de comércio em geral. Os camarotes foram transformados em residência dos próprios comerciantes e o salão da platéria em depósito de mercadorias. Da construção interna original apenas parte do assoalho e do guarda corpo que delimita os camarotes do pavimento superior estão intactos. O local chegou a ser ocupado por um bar, uma garagem e um armarinho, que, apesar de mascararem sua função, garantiram de certo modo a estabilidade e a conservação do teatro.

Em janeiro do ano passado a Sociedade Grupo Meia Ponte de Pesquisa e Atuação Sócio-Cultural propôs a compra e restauração do imóvel, a fim de possibilitar a criação de um espaço para os grupos teatrais existentes em Pirenópolis. Em seguida, o prédio foi adquirido pela Fundação Cultural de Goiás, responsável pela restauração da obra. O teatro será totalmente recuperado, observadas as suas características arquitetônicas.

O projeto executado em Natividade tem por objetivo restaurar e preservar importante exemplar da arquitetura religiosa do Estado de Goiás: a Igreja de São Benedito, construída pelos negros no século XVIII. A situação do prédio é bastante precária, apresentando avarias mais acentuadas na fachada principal.

Utilizada apenas quando a Matriz é fechada para obras, a Igreja de São Benedito desperta grande interesse na comunidade, que criou uma comissão encarregada de obter fundos para a manutenção. Até a abolição da escravatura no país, o prédio foi mantido por uma irmandade de São Benedito. Agora, a Sociedade dos Amigos da Paróquia de São Benedito cuidará de sua preservação.



FNPM / SPHAN

INSTALADO GRUPO QUE DISCUTIRÁ PRESERVAÇÃO DE BRASÍLIA

Já está instalado o grupo de trabalho que discutirá e proporá providências para preservar o patrimônio cultural de Brasília. Formado por especialistas do Governo do Distrito Federal, da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Fundação Pró-Memória e da Universidade de Brasília, o grupo teve sua primeira reunião no dia 19 de março.

Segundo o professor Aloísio Magalhães, que dirigiu os trabalhos iniciais do grupo, a união das três instituições se justifica da seguinte maneira: o governo do Distrito Federal representa, evidentemente, a direção mais próxima da cidade; a SPHAN-Pró-Memória detém a competência federal na área de patrimônio cultural; e a Universidade de Brasília conta, na própria capital, com seu grande potencial de reflexão sobre o assunto.

O QUE SE FARÁ

Nessa primeira reunião, os membros do grupo de trabalho discutiram a forma pela qual organizarão seu trabalho.Eles pretendem compatibilizar a necessidade de se tomar medidas urgentes com a produção de uma reflexão em profundidade sobre os problemas e questões que se identificarem com relação ao patrimônio brasiliense.

Além disso, discutiu-se a necessidade de se conhecer com maior precisão os aspectos ou áreas de interesse com os quais o grupo trabalhará – entre eles a legislação básica, reforço institucional para a ação do governo, planejamento urbano, documentação da história de Brasília. Lembrou-se também a necessidade de articulação com outras instituições e profissionais relacionados ao problema.

QUEM COMPÕE O GRUPO

O grupo de trabalho surgiu de gestões entre a SPHAN/Pró-Memória e o Governo do Distrito Federal. Essas gestões tiveram seu ponto de partida no último aniversário da capital, quando diversos setores da comunidade manifestaram sua preocupação com a defesa do patrimônio da cidade e com a forma de preservá-la.

Assim, foram designados membros do grupo, por decreto do governador Aimé Lamaison, Hermilo Souto Nóbrega, da Coordenação do Sistema de Modernização Administrativa; Raul Molinas, diretor do Departamento de Cultura da Secretaria da Educação; Walter Mello, diretor da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Departamento de Cultura; Homel Augusto da Silva Castro, diretor da Divisão de Turismo do Departamento de Turismo; e Lélia Madsen, assessora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras.

A Universidade de Brasília designou os chefes de dois de seus Departamentos: Márcio Villas Boas, do Departamento de Arquitetura, e Mário Júlio Teixeira Krüger, do Departamento de Urbanismo.

Por sua vez, a SPHAN/Pró-Memória destacou Augusto Carlos da Silva Telles, diretor da Divisão de Conservação e Restauração; Henrique Oswaldo de Andrade, coordenador do Programa de Cidades Históricas; Belmira Finageiv, diretora da 7.ª Diretoria Regional; e os técnicos Briane Bica Roberto Moreira e Marco Antônio Galvão.

PETRÓPOLIS: CIDADE IMPERIAL

Petrópolis poderá dar ao Brasil o grande exemplo de como compatibilizar desenvolvimento e preservação. Pelo menos, esta é a expectativa dos técnicos de diversas instituições que estão empenhados na preparação de um novo Plano Urbanístico para a cidade. Será também, um eficaz exemplo de como a comunidade, ao se movimentar para fazer valer os seus desejos, obtém dos poderes públicos o apoio necessário às suas pretenções.

Há mais de três anos é intensa a movimentação de instituições comunitárias de Petrópolis, empenhadas em sustar a descaracterização da cidade. Diversos órgãos federais e estaduais foram envolvidos no trabalho, com a ativa participação da Fundação Estadual para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - FUNDREM –, da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Associação Petropolitana de Proteção aos Animais e Defesa Ecológica – APPANDE.

No último dia 27 de março, o Presidente da República, através do Decreto n.º 85.849, atribuiu à cidade de Petrópolis o título de "Cidade Imperial". O decreto estabeleceu que no prazo de 90 dias é vedada "a aprovação ou renovação de qualquer licença para demolição, reforma ou construção que implique, a critério da SPHAN, a eliminação, no todo ou em parte, de prédio existente na área urbana da Cidade Imperial".

Esse prazo de 90 dias é o suficiente para que seja concluído e submetido à Câmara Municipal, o novo Plano Urbanístico, que atenderá às exigências fixadas no decreto presidencial.

PESQUISA DA UNESCO É DISCUTIDA EM BUENOS AIRES

Atendendo solicitação da UNESCO, o diretor de Conservação e Restauração da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, arquiteto Augusto Silva Telles, esteve em Buenos Aires na semana de 6 a 11 de abril para se reunir com os autores de uma pesquisa sobre o impacto da urbanização nos centros históricos da América Latina. Encomendada pela UNESCO, a pesquisa foi coordenada por Jorge E. Hardoy e Mário R. dos Santos e contou com a participação de Joaquim Alvarez, advogado mexicano, Jorge Dandler, antropólogo boliviano, Guilhermo Geisse, urbanista chileno, Bea Koster, engenheira holandesa e Ramón Gutierrez e Alejandro Rofman, arquiteto e economista argentinos.

Essa equipe estudou a política de preservação na América Latina, detendo-se nas cidades de Salvador (Brasil), Cuzco (Peru) e Quito (Equador), tendo concluído o trabalho em agosto do ano passado. A partir daí, a UNESCO convidou um técnico de cada país para discutir com os autores o resultado do trabalho, que depois de revisado deverá ser publicado.

IGREJA DO BOQUEIRÃO EM SALVADOR, SERÁ RESTAURADA

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, em Salvador, começará agora a passar por um amplo trabalho de restauração: a Secretaria

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional assinou contrato no valor de Cr$ 4 milhões com essa finalidade. O prazo para conclusão dos trabalhos é de 10 meses.

A igreja fica em Santo Antonio Além do Carmo, um dos mais homogêneos conjuntos do século XIX em Salvador. Sua fachada dá para a ladeira do Boqueirão e é enquadrada por sobrados de oitão; da sacristia e da sala do consistório há uma bela vista para o porto e a Baía de Todos os Santos.

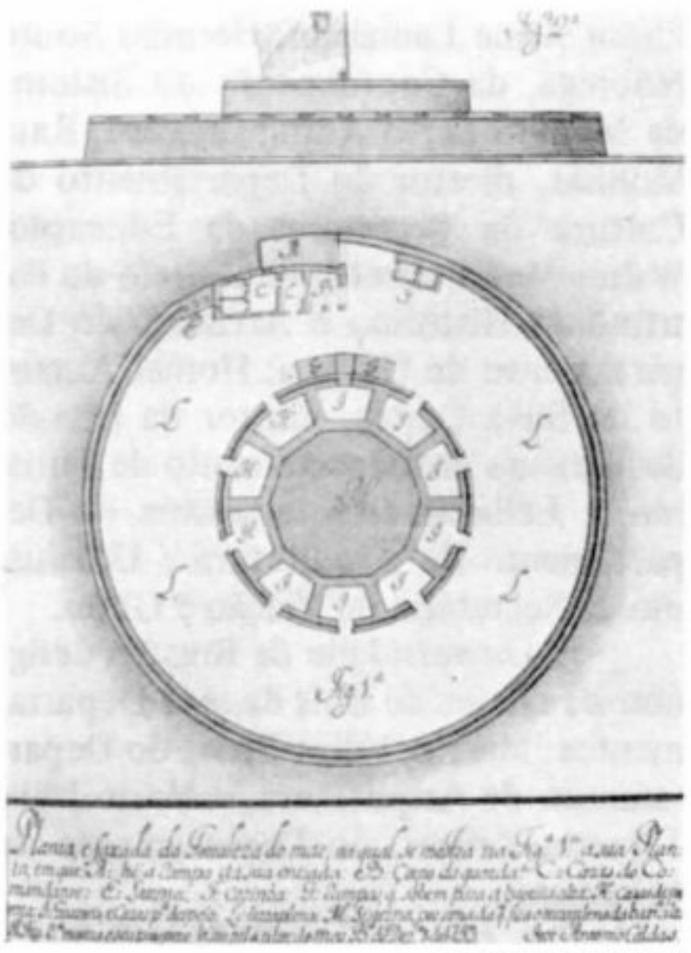
Sua organização é típica das sedes de irmandades leigas – foi construída a partir de 1726 pela Irmandade de Nossa Senhora da Conceição dos Homens Pardos – abrangendo, além da igreja, uma casa de Santos, uma sala para o consistório e catacumba. O frontão e as torres são revestidos de azulejos brancos decorados, em um trabalho realizado no início do século XIX, quando a igreja já tinha sua forma atual.

O frontão é precisamente uma das partes a serem agora restauradas; é de alvenaria de pedra e está danificado pela ação do tempo. Além dele, será inteiramente restaurado o telhado, com escoramento do forro – o teto tem uma bela pintura barroca, de autor desconhecido – e com a substituição das peças estruturais de madeira.

FORTE DE SÃO MARCELO RECEBE NOVOS RECURSOS

Para proteger o Forte de São Marcelo, ameaçado por fissuras na rocha sobre o qual está colocado e pela infiltração de água em sua estrutura, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória firmaram contrato no valor de Cr$ 9 milhões. Situado na Baía de Todos os Santos, o Forte é um dos mais conhecidos de Salvador e abrigará o Museu da História Naval Brasileira.

A 4ª Diretoria Regional da SPHAN registrou há algum tempo, o agravamento do problema representado pelas infiltrações de água no bloco central do Forte. Assim, será necessária a retirada das lajotas de concreto que o recobrem – pensava-se antes que fossem de arenito, material de menor permeabilidade – pra que se faça um novo revestimento da cobertura, recolocando-as em seguida.



FNPM / SPHAN

Paralelamente, verificou-se que surgiam fissuras verticais na face externa da rocha sobre a qual está o Forte. Além disso, é possível perceber que a base da muralha está desgastada pela erosão provocada pelas ondas. Após uma série de sondagens, constatou-se ser necessária não só uma reconstituição do sistema de drenagem existente, para que a água escoe para fora da muralha, como uma injeção de argamassa nas fissuras, procurando vedá-las.

Esses serão alguns dos trabalhos que começam agora. O contrato prevê ainda, porém, mais algumas sondagens, destinadas a prevenir eventuais problemas que possam surgir no futuro, e a instalação de uma subestação de transformadores para facilitar o aproveitamento do prédio pelo Museu.

SERGIPE

A SPHAN/Pró-Memória firmou ainda mais dois contratos, ambos destinados a restauração de igrejas sergipanas. Destinam-se Cr$ 4 milhões a trabalhos de sondagem, projeto estrutural e cadastro da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no município de Nossa Senhora do Socorro. E outros Cr$ 3 milhões serão aplicados na restauração da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, em São Cristóvão – um município inteiramente protegido pelo Patrimônio Histórico, por seu elevado valor.

SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA FIRMAM MAIS DOIS CONVÊNIOS

Um amplo levantamento sobre as populações indígenas do estado da Bahia será feito conjuntamente pela Fundação Pró-Memória e pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. O estudo será conduzido por especialistas do Departamento de Antropologia da Faculdade e a Fundação, além de publicá-lo posteriormente, participará de seu financiamento.

É o que dispõe convênio assinado pelo presidente da Fundação Pró-Memória, Aloísio Magalhães, e pelo professor Ruy Simões, diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBa, no valor de Cr$ 250 mil.

O Departamento de Antropologia da UFBa está iniciando já o levantamento, que abrangerá toda a documentação relativa aos povos indígenas que viviam na Bahia nos séculos XIX e XX. Esses documentos serão inventariados e microfilmados; posteriormente, a Fundação Pró-Memória os publicará.

Outro convênio celebrado pela Fundação Pró-Memória refere-se a projeto semelhante, prevendo o mapeamento, estudo e documentação do artesanato mineiro. Os dois projetos, de que participa a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, revelam o interesse em se proteger não apenas o patrimônio histórico de *pedra e cal*, mas também as tradições culturais do país.

O projeto relativo ao artesanato mineiro, na verdade, já está em andamento desde 1979; o novo convênio firmado prevê o repasse de recursos necessários para sua conclusão, no valor de Cr$ 1 milhão 950 mil. De acordo com a programação, elaborada conjuntamente pela Pró-Memória e pela Universidade Federal de Ouro Preto, serão examinadas todas as manifestações artísticas reveladas no artesanato de Minas Gerais.

CPI DO PATRIMÔNIO COMEÇA A OUVIR DEPOIMENTOS

Instalada no último dia de sessão legislativa do ano passado, dia 5 de dezem-

bro (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA 10, p. 14), a Comissão Parlamentar de Inquérito formada pela Câmara dos Deputados para investigar a situação do patrimônio histórico e artístico nacional e avaliar a política do Governo Federal para sua defesa e conservação teve sua primeira reunião interna no dia 8 de abril, quando foi aprovado o roteiro de trabalhos a ser seguido.

No dia 23 de abril foi realizada, então, a primeira sessão destinada a ouvir depoimentos, à qual compareceu o professor Aloísio Magalhães, Secretário da Cultura do MEC e presidente da Fundação Nacional Pró-Memória. Em sua exposição ele enfatizou duas questões fundamentais, quais sejam, "o conceito de bem cultural" e "quais os bens culturais que se inserem no domínio patrimonial".

A partir de um quadro de referência onde são identificados preliminarmente quatro tipos de países (ricos e velhos, ricos e novos, pobres e velhos, pobres e novos), Magalhães analisou a situação diferente em que a problemática do patrimônio cultural se apresenta em cada caso, detendo-se na situação brasileira, de país novo e pobre; ressaltando a importância da inserção de variáveis culturais no planejamento do desenvolvimento econômico, na medida em que uma nação forte só existe se tiver preservada sua identidade cultural.

Aloísio Magalhães respondeu ainda a diversas questões formuladas pelos deputados presentes, informando sobre a filosofia de trabalho e a reestruturação institucional do antigo IPHAN, sua transformação em Secretaria, a criação da Fundação Nacional Pró-Memória e a recente criação da Secretaria da Cultura.

ROTEIRO

Pelo roteiro aprovado pela CPI, ao final dos trabalhos deverão ter sido ouvidos o atual e ex-Ministros da Educação; prefeitos de cidades antigas, de médio porte e de capitais estaduais; representantes de associações comunitárias; instituições culturais nos três níveis de governo; além de especialistas em áreas específicas tais como restauração, política urbana, inventários, arquivos, documentação, bibliotecas, museologia, arqueologia e espeleologia, artesanato, tecnologias patrimoniais, turismo e meio ambiente. Estão previstos ainda temas tais como patrimônio cultural e igreja, patrimônio e forças armadas, a função da escola e dos meios de comunicação na defesa do patrimônio, proteção ao patrimônio cultural do índio, identidade cultural e nação, e, por fim, legislação específica de proteção e revitalização do patrimônio.

OURO PRETO: PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE



Pedro Lobo / FNPM

Ouro Preto é definitivamente Patrimônio Cultural da Humanidade, título que lhe foi outorgado pela UNESCO no ano passado. Dia 21 de abril último, o diretor-geral do organismo internacional, Amadou Mahtar M'Bow, descerrou, na Praça Tiradentes de Ouro Preto, a placa alusiva à declaração da antiga Vila Rica "Patrimônio Cultural da Humanidade". A cerimônia fez parte do programa oficial da Semana da Inconfidência.

Na ocasião, Amadou M'Bow disse que a cerimônia servia "para prestar homenagem à posição de primeira ordem ocupada pelo Brasil no plano cultural do mundo". O diretor-geral da UNESCO esteve no Brasil de 17 a 26 do mês passado, em visita marcadamente relacionada à preservação do patrimônio cultural do país. Além de Ouro Preto, M'Bow esteve em Manaus, onde visitou o Teatro, o mercado, o prédio da antiga alfândega, o Palácio Rio Negro, o Instituto Histórico e Geográfico, a zona do Porto e conjuntos de casarões do local.

Em seguida, esteve em Brasília, no dia 20, onde manteve contato com autoridades federais na área de educação e cultura e com o Presidente da República. No dia seguinte, M'Bow participou das solenidades em Ouro Preto e no dia 22 seguiu para Congonhas, onde conheceu as obras do Aleijadinho. O diretor-geral da UNESCO encerrou a sua visita no Recife e Olinda. Na capital pernambucana, M'Bow visitou as igrejas de Madre de Deus, São Pedro e o Teatro Apolo, partindo em seguida para Olinda, onde cumpriu vasta programação.

Ao receber o diretor-geral da UNESCO em Brasília, o Secretário da Cultura, Aloísio Magalhães, disse que o Ministério da Educação e Cultura vai entregar, até setembro, um dossiê completo sobre obras artísticas e cidades brasileiras que, como Ouro Preto, podem se transformar em Monumento Cultural da Humanidade. Olinda e Congonhas deverão ser incluídas no dossiê.

8ª DR PROMOVE EXPOSIÇÃO

O Museu Lasar Segall e a 8.ª Diretoria Regional da SPHAN realizaram entre 12 de março e 26 de abril, a exposição "Fotografia e Documentação – O Trabalho de Herman Graeser – prosseguindo o Ciclo de Exposições sobre Fotografia.

Herman Hugo Graeser, fotógrafo que faleceu em 11 de outubro de 1966, trabalhou 21 anos na SPHAN; foi admitido como perito de Belas Artes em 1945 e posteriormente promovido a Conservador do Patrimônio Histórico e Artístico, após atuar como fotógrafo documental e trabalhar como administrador junto a Mário de Andrade. De seu trabalho ficou um excelente acervo fotográfico preservado pela SPHAN e cedido para a exposição. A iniciativa do Museu Lasar Segall mereceu elogios da crítica especializada através da imprensa, já que Herman Graeser foi reconhecidamente um inovador e sua obra merece ser reavivada num momento em que tanto se fala de criatividade e documentação na arte de fotografar.

LIVROS E TESES

A Expedição Científica de G. I. Langsdorff ao Brasil, 1821-1829 – Catálogo completo do material existente nos arquivos da União Soviética, Brasília, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.

A expedição dirigida pelo barão Grigory Ivanovitch Langsdorff realizou-se pelo interior do Brasil, entre 1821 e 1829, recolhendo rica documentação escrita, iconográfica e cartográfica, de grande interesse para todas as áreas científicas, quer naturais, sociais e humanas.

Langsdorff, de nacionalidade alemã, era membro da Academia de Ciências da Rússia imperial e chegou ao Brasil em 1813 para assumir suas funções diplomáticas de cônsul-geral daquele país. Formado em medicina, mas com rica bagagem de conhecimentos em outras áreas, participou de inúmeras viagens e expedições antes de vir ao Brasil. Contemporâneo e amigo de outros cientistas que igualmente dirigiram expedições científicas no Brasil, como Saint-Hilaire, Sjix e Martius, Langsdorff, como eles, realizou um trabalho de grande valor como fonte histórica para o estudo do nosso passado, permanecendo, contudo, praticamente desconhecido e indevidamente aproveitado no Brasil. Em comparação com outras expedições, a de Langsdorff destaca-se pelo roteiro original, percorrendo locais até então inexplorados, tendo sido integrada por nomes bastante conhecidos entre nós como os dos pintores Rugendas, Florece e Taunay, este morto durante a expedição.

O desconhecimento da expedição Langsdorff no Brasil explica-se, talvez, pelo fato de que o arquivo recolhido esteve desaparecido por mais de cem anos, sendo reencontrado em 1930 no porão do Museu do Jardim Botânico de Leningrado, e só então começaram os trabalhos de análise por estudiosos soviéticos.

Em 1973 a Academia de Ciências da União Soviética, Seção Leningrado, publicou, pela Editora Ciências, o catálogo de toda a documentação até hoje conhecida da expedição Langsdorff. Em 1978-79, o Centro Nacional de Referência Cultural, hoje absorvido pela Fundação Nacional Pró-Memória, realizou a tradução integral desse catálogo, sob a responsabilidade do técnico Marcos Pinto Braga.

Cogita-se da publicação de um segundo volume, com a tradução de alguns artigos produzidos na URSS e em outros países, analisando o material da expedição. A Pró-Memória espera, com a publicação desses dois trabalhos, contribuir para a pesquisa histórico-científica no Brasil e estimular iniciativas no sentido de serem retomados os contatos com a Academia de Ciências da URSS para que se obtenham cópias de todo o acervo.

ROCHA, José Bolivar Vieira. *Manufaturas e Redes de Dormir – um estudo de caso sobre a evolução das relações de produção capitalistas no Nordeste.* Tese de mestrado no Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas, UnB, 1980.

Esse trabalho constitui-se num estudo de caso sobre um dos ramos da indústria têxtil no Nordeste: a manufatura de redes-de-dormir. Analisa-se o processo de transformação de uma atividade artesanal disseminada por quase todo o país, *em manufatura concentrada em algumas áreas específicas*. Tal mudança, contudo, se deu com alterações mínimas no processo de produção que permaneceu arcaico e, ao mesmo tempo, com a manutenção de relações de trabalho não propriamente capitalistas. O trabalho examina todo o ciclo de produção da rede-de-dormir, desde a aquisição da matéria-prima até a comercialização realizada por meios peculiares, pelos próprios produtores.

CARTAS

CNDU

"Receba um abraço e a informação de que estes recursos do Museu de Porto Alegre são do CNDU". Militão de Morais Ricardo – Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - Brasília - DF.

NR - SPHAN/Pró-Memória, edição n.º 8, página 20, errou. Os recursos para a restauração no Solar onde residiu Lopo Gonçalves Bastos e que receberá as instalações do Museu de Porto Alegre são realmente provenientes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e não da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, como havia sido noticiado. Apresentamos nossas desculpas pelo equívoco.

CULTURA E EDUCAÇÃO

"...Agradeceriamos del Señor Director, de ser posible, nos hiciera llegar una copia del 'Proyecto Cultura y Educación' destinado a ser implementado junto a las comunidades locales, en las áreas donde se realizan trabajos de restauración y preservación de los biens culturales. Todo el material impreso que podamos recibir, será bienvenido, porque acá en Uruguay, recién comenzamos y hay mucho por hacer..." – Prof. Carlos E. Etcheverry Benitez – Diretor do Museo Historico Regional de Cerro Largo – Melo – Uruguay.

NR – Estamos lhe remetendo o material até agora produzido pelo referido projeto. Caso seja de seu interesse aprofundar contatos, pedimos escrever ao Coordenador do Projeto Cultura e Educação, Prof. José Silva Quintas, SCN – Quadra 2 – Bloco K – 70.710 Brasília - DF.

Cartas para: Fundação Nacional Pró-Memória, Programa de Comunicação, Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K – 70.710 – Brasília, DF.
Por motivos de espaço as cartas podem ser publicadas resumidamente.